



**TERMO DE REFERÊNCIA013/2022**

**1. DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para emissão de laudo de eletrocardiograma digital para exames de pacientes do Município de Coronel Domingos Soares, com cessão de aparelhos de eletrocardiograma

**2. DA JUSTIFICATIVA**

O presente certame busca atender demanda do setor responsável pelo atendimento da saúde dos cidadãos desta municipalidade em razão da composição da rede de atenção a saúde, o município de Coronel Domingos Soares necessita da contratação deste serviço de emissão de laudo de eletrocardiograma para atender a demanda da população do município.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E QUANTITATIVO**

As especificações dos serviços serem adquiridos são:

| Item  | Quant. | Discriminação   | Valor unitário | Valor global   |
|-------|--------|---|----------------|----------------|
| 01    | 4.560  | Serviço de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através da internet) com equipe médica de cardiologistas a disposição 24 horas por dia, bem como cessão por comodato de 02 aparelhos de eletrocardiograma digital com capacidade para realizar 12 derivações com dII longo. Emissão de laudo de emergência em até 40 minutos e rotina deverão ser respondidos em até 12 horas.Treinamento da equipe do departamento municipal de saúde para a coleta dos dados e transmissão para empresa. | R\$ 24,67      | R\$ 112.495,20 |
| TOTAL |        |   |                | R\$ 112.495,20 |

**4. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

4.1 A média mensal de exames será de 120.

4.2 Efetuar os laudos nas especificações e quantidades acordadas de acordo com a solicitação do Departamento Municipal de Saúde deste Município.

4.3 Apresentar nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93, Declaração assinada pelo responsável legal, sob as penas da lei, da qualificação da equipe técnica da proponente, considerando que o Contratante necessita da prestação do serviço ininterrupta (24 horas). Não será aceita documentação inferior a 4 (quatro) médicos cardiologistas e no mínimo 1 (um) médico Eletrofisiologista, todos detentores de título de especialista devidamente vinculados a empresa comprovadamente. Entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e

*mm  
fexeline*







**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS  
CNPJ 01614415/0001-18  
AV ARAUCÁRIA, 3120  
FONE 46-3254-1166 – CEP 85557000

Previdência Social; e o prestador de serviços em contrato escrito firmado com o licitante; todos com suas respectivas documentações.

4.4 Apresentar Certificado de registro (inscrição) e regularidade da empresa no CRM e dos médicos que compõe o quadro clínico – Conforme Lei 6.839/1980, Resolução CFM 997/1980 e Resolução CFM 1.643/2002

4.5 Apresentar declaração de responsabilidade técnica da execução dos serviços e dos profissionais que compõe o quadro clínico – Resolução CFM 1.980/2011

4.6 Apresentar Título de Especialista em Cardiologia fornecido pela Associação Brasileira de Cardiologia ou ainda registro da especialidade junto ao órgão competente (CRM) dos médicos que compõe o quadro clínico que realizarão a análise dos exames.

4.7 Apresentar Certificado de Registro dos equipamentos na ANVISA. – ANVISA RDC 185/2001

4.8 Apresentar Cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) – Portaria 1.646/2015

4.9 Apresentar Declaração do método de envio e recebimento dos exames/laudos, uma vez que é preciso garantir a segurança da informação

4.10 Apresentar comprovação do pleno atendimento ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO - Obrigatoriedade pela Norma Regulamentar nº 9 e Norma Regulamentar nº 7

Plantão de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas de trabalho, todos os dias, para a feitura de ECG de urgência e informações médicas adicionais ao plantonista quando necessário.

Treinamento, Capacitação a todos os funcionários envolvidos na feitura dos Eletrocardiogramas (Enfermeiros (as) ou técnicos (as) e auxiliares de enfermagem).

Dar todo o apoio a equipe técnica e manutenção nos eletrocardiógrafos e computadores, através de suporte técnico à distância via telefone ou acesso remoto, e a troca dos equipamentos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após expressamente comunicado, caso o problema não seja sanado.

Disponibilizar Aplicativo para Smartphone que possibilite o envio dos exames de eletrocardiograma para a central e o recebimento/consulta dos laudos.

Fazer a integração do software que realiza os exames com o sistema, permitindo o carregamento automático dos arquivos.

Disponibilizar o Protocolo de Retirada dos Exames assim que forem enviados, permitindo a consulta online pelo paciente e facilitando a retirada no balcão, além de servir de comprovante da realização do ECG.

Fornecimento de recarga de tonner para impressora, papel A4, gel condutor, internet, ou qualquer outro insumo para realização do eletrocardiograma, não previstos anteriormente, ficam a cargo da CONTRATANTE.

*mm  
preline*







**MUNICÍPIO DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
ESTADO DO PARANÁ**

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS  
CNPJ 01614415/0001-18  
AV ARAUCÁRIA, 3120  
FONE 46-3254-1166 – CEP 85557000

Em caso de roubo ou furto dos equipamentos, o CONTRATANTE fica responsável em reembolsar a contratada.

A troca das perinhas será realizada sem custo a cada 06 meses, se necessário, mediante solicitação, e o cabo de paciente a cada 01 ano, se necessário, mediante solicitação. Caso seja necessária a troca dos mesmos antes do prazo mencionado acima, fará a substituição, mas o custo correrá por conta do CONTRATANTE.

## 5. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pela Fiscal Técnica de Contratos JAKELINE APARECIDA MATIAS e Fiscal Geral Glênio José Maito.

## 6. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado para contratação de é de R\$ 112.495,20

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta de recursos contábeis abaixo explicitados.  
Bloco:

10.301.1001.2020

10.302.1001.2021

Fonte: 303 e 494

### 6.1. Distribuição por exercício

| Ano   | Meses | Valor          |
|-------|-------|----------------|
| 2022  | 02    | R\$ 5.920,80   |
| 2023  | 12    | R\$ 35.524,80  |
| 2024  | 12    | R\$ 35.524,80  |
| 2025  | 12    | R\$ 35.524,80  |
| Total | 38    | R\$ 112.495,20 |

## 7. DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

O prazo de execução 12(doze) meses e de vigência será de 50 (cinquenta) meses.

*Jakeline Aparecida Matias*  
Jakeline Aparecida Matias  
Fiscal Técnico

*Jonas dos Santos Bueno*  
Jonas dos Santos Bueno  
Fiscal Geral de Contratos

*Marly Bevilacqua Maito*  
Marly Bevilacqua Maito  
Diretora do Departamento Municipal de Saúde  
Portaria nº 002/2021





## COTAÇÃO DE PREÇOS – 2022

Solicitamos a gentileza de cotar o serviço abaixo de acordo com o que estatui a Lei Federal 8.666/93, com referência a emissão de laudos de eletrocardiogramas para o Departamento Municipal de Saúde de Coronel Domingos Soares:

**Razão Social:**  
Call ECG Serviços de Telemedicina Ltda. - EPP

**Endereço:**  
Rua Nestor Guimarães, 111, Vila Estrela

**e-mail:**  
callecg@callecg.com.br

**Município/UF:**  
Ponta Grossa - Paraná

**Inscrição estadual:**  
Isento

**CNPJ nº:**  
04.071.210/0001-21

**Telefone:**  
42 – 4009-9999

**Representante legal:**  
Marcelo Valladao Ferreira de Carvalho

| Item | Quant. | Discriminação  | R\$ unit  | R\$ total      |
|------|--------|--|-----------|----------------|
| 1.   | 6.000  | Serviço de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através da internet) com equipe médica de cardiologistas a disposição 24 horas por dia, bem como cessão por comodato de 02 aparelhos de eletrocardiograma digital com capacidade para realizar 12 derivações com dII longo. Emissão de laudo de emergência em até 40 minutos e rotina deverão ser respondidos em até 12 horas. Treinamento da equipe do departamento municipal de saúde para a coleta dos dados e transmissão para empresa. | R\$ 27,00 | R\$ 162.000,00 |

**Carimbo do CNPJ:**

04 071 210/0001-21  
CALL ECG SERVIÇOS DE  
TELEMEDICINA LTDA - EPP  
R. Nestor Guimarães, 111 (Esq. Cel Dulcídio)  
8º Andar - Sala 84 Estrela (Ed. Corporate Center)  
84040-130 - Ponta Grossa - PR

**Data e Assinatura do representante legal:**

MARCELO  
VALLADAO  
FERREIRA DE  
CARVALHO:0  
0206672721

Assinado de forma digital por MARCELO VALLADAO FERREIRA DE CARVALHO:00206672721  
Dados: 2022.08.05 09:52:16 -03'00'







# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



005

## RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 22/2022

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada de Telemedicina para prestação de serviços de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança) com equipe medica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, bem como cessão de 01 aparelho de eletrocardiograma para Hospital Municipal de São João do Ivaí, com capacidade para realizar 12 derivações com DII longo, devidamente registrado pela ANVISA em caráter de comodato.

|   |      |
|---|------|
| Empresa:                                |      |
| Endereço:                               |      |
| Município:                              |      |
| Estado:                                 | CEP: |
| CNPJ:                                   |      |
| Telefone:                               |      |
| E-mail:                                 |      |
| Porte da empresa: (Me/EPP/Normal)       |      |
| Nº Registro Junta Comercial / Cartório: |      |
| Data registro Junta Comercial/Cartório: |      |
| Inscrição Estadual:                     |      |
| Nome do Administrador:                  |      |
| CPF do Administrador:                   |      |
| RG do Administrador:                    |      |
| Endereço do Administrador:              |      |

Recebi do Município de São João do Ivaí, cópia do Edital, Anexos e Modelos do Pregão Eletrônico - nº 15/2022

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome do Representante Legal  
Cargo do Representante Legal

006



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)



## NOTA:

Para formalização do interesse em participar desta licitação, a empresa deverá encaminhar, devidamente preenchido, o **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**, para o setor de licitações, através do e-mail: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br), ou pessoalmente, no endereço indicado neste Edital. O Município não se responsabilizará pelo Edital, anexos e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma diversa ou em local diverso do disposto acima. A não remessa do presente Recibo exime a Pregoeira e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)



## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

### 1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de São João do Ivaí, Estado do Paraná, através da Pregoeira Oficial e de sua Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 001/2022, com a devida autorização expedida pela Sra. Prefeita, **Carla Suzi Emerenciano**, torna público a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO**, tipo **MENOR PREÇO/POR LOTE**, objetivando a **contratação do objeto constante no subitem 2.1**, nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos, legislação correlata e pelas normas do portal de compras eletrônicas do sistema portal de licitações Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL e pelas condições previstas neste edital.

1.2 - O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, Decreto Municipal nº 082/2020 e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie e às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.3 - Este Edital **não é exclusivo** para Micro, Pequena Empresa e MEI's, considerando o Artigo 49 da LC 123/06, alterada pela LC 147/14:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

1.4 - O fato do edital não ser exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI's, não impede sua participação neste certame, porém o mesmo contempla os benefícios da regularidade fiscal e o empate ficto para as empresas enquadradas nesta condição.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)****2 - OBJETO**

2.1 - O objeto deste pregão visa a Contratação de empresa especializada de Telemedicina para prestação de serviços de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança) com equipe medica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, bem como cessão de 01 aparelho de eletrocardiograma para Hospital Municipal de São João do Ivaí, com capacidade para realizar 12 derivações com DII longo, devidamente registrado pela ANVISA em caráter de comodato, nos moldes do Termo de Referência constante no Anexo I, deste Edital.

2.2 - O Edital e demais documentos pertinentes à licitação em apreço poderão ser obtidos no site do município: [www.saojoaodoivai.pr.gov.br](http://www.saojoaodoivai.pr.gov.br) no link: Licitações. Para formalização do interesse em participar desta licitação, a empresa deverá encaminhar, devidamente preenchido, o **RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**, para o setor de licitações, através do e-mail: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br), ou pessoalmente, no endereço indicado neste Edital. O Município não se responsabilizará pelo Edital, anexos e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma diversa ou em local diverso do disposto acima. A não remessa do presente Recibo exime a Pregoeira e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

2.3 - Os serviços deverão ser executados pelo período de 12 (doze) meses após a assinatura da Ata de Registro de Preços, e obedecer às normas técnicas e controle de qualidade.

2.4 - No caso de divergência no descritivo dos itens entre o Termo de Referência (Anexo I) e o constante na Plataforma do Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência (Anexo I).

**NOTA: É vedada a utilização de chat no sistema para comunicação entre os próprios com o pregoeiro, somente para avisos de forma em geral.**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**  
**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**  
AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000  
TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)



009

### 3 - DATA DA ABERTURA

3.1 - O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [bllcompras.com](http://bllcompras.com), conforme datas e horários definidos abaixo:

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h:30min do dia 16/02/2022 às 08h:30min do dia 03/03/2022.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08h:35min do dia 03/03/2022.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09h:00min do dia 03/03/2022.

**LOCAL: PLATAFORMA BLL**

3.2 - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

### 4 - PREÇO MÁXIMO

4.1 - valor máximo estimado para este Pregão é de R\$ 21.113,54 (vinte e um mil, cento e treze reais e cinquenta e quatro centavos).

4.2 - A competição se dará por **MENOR PREÇO**, em regime de Menor Preço/por Lote, sendo que o licitante deverá formular sua proposta previsto no **Anexo I - Termo de Referência**.

4.3 - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta da dotação específica, a saber: 08.006.10.302.0011.2.091.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

### 5 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

5.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**.

5.2 - Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de São João do Ivaí - PR, denominado pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Bll compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([bllcompras.com](http://bllcompras.com)).





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)**



5.3 - O presente edital se submete integralmente ao disposto nos artigos nos artigos 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, atendendo o direito de prioridade para microempresa de pequeno porte para efeito do desempate quando verificado ao final da disputa de preços.

5.4 - Os interessados deverão observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição e cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da Sessão de Disputa de Preços.

5.5 - O EDITAL poderá ser examinado e adquirido por qualquer interessado através do site [www.saojoaodoivai.pr.gov.br](http://www.saojoaodoivai.pr.gov.br) - **Licitações, blcompras.com** ou no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí/PR, com sede à Av. Curitiba, 563, Centro, São João do Ivaí - PR, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 16:30 horas ou através do e-mail: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br).

## **6 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

6.1 - É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

6.1.1 - A medida referida no subitem 6.1. poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado por escrito, dirigida ao Pregoeiro, e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a denominação social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico, devidamente no endereço [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br).

6.1.2 - A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do PREGÃO no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do processo do pregão.

6.2 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

6.3 - O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação do ato convocatório do PREGÃO, além da alteração decorrente, divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

6.4 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

6.5 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

6.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

7.1 - Poderão participar deste PREGÃO os interessados do **RAMO DE ATIVIDADE** pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

7.2 - Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de São João do Ivaí, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, empresa ou pessoa jurídica que tenha em seu quadro social ou administrativo servidor ou dirigente deste Município de São João do Ivaí.

7.4 - É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

7.5 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

respectivo cadastramento junto a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

7.6 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador direto, ou da corretora de mercadorias) e subsequente cadastramento para participar do pregão e encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

7.7 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

7.8 - Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, telefone: (41) 3097-4600 ou (41) 3097-4646 - até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

7.9 - A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) **Termo de Adesão (instrumento particular de mandato) que deverá ser encaminhado pelo licitante à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) para cadastro**, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão.

a.1) O Termo de Adesão poderá ser baixado para preenchimento através do site da BLL ([www.bllcompras.com](http://www.bllcompras.com)), acessando o link "Cadastro".

a.2) O Tempo mínimo exigido pela BLL para liberação da senha de acesso ao sistema é de 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento do Termo de Adesão acompanhado dos demais documentos. Portanto, o licitante deve se atentar para o prazo limite de envio das propostas e providenciar o cadastro em tempo hábil.

7.10 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (41) 3097-4600 ou (41) 3097-4646, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**  
**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**  
AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000  
TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)



## **8 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL**

8.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 7.10 "a", com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: [bllcompras.com](http://bllcompras.com).

8.2 - A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo, ou diretamente pela BLL, que deverá manifestar em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

8.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.6 - o credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.7 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)



informação, consoante tabela fornecida emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002.

## 9 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio.
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame.
- c) Abrir as propostas de preços.
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas.
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos.
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço.
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar.
- h) Declarar o vencedor.
- i) RECEBER, EXAMINAR E DECIDIR SOBRE A PERTINÊNCIA DOS RECURSOS.
- j) Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico.
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## 10 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1 - Os licitantes **DEVERÃO ANEXAR EXCLUSIVAMENTE NO SISTEMA DA BLL**, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado, preço, CNPJ, papel timbrado e assinatura, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas (até 08h:30min do dia 03/03/2022), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação, com posterior encaminhamento dos originais ou cópias autenticadas, em no máximo 03 (três) dias úteis, a contar do próximo dia útil em que foi declarado vencedor.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



**A Empresa que anexar os documentos com assinatura digital e ou autenticação digital, serão dispensados do envio pelo correio.**

10.2 - o envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 11 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1 - valor unitário;

11.1.2 - Informar a **MARCA** do produto quando for o caso;

11.1.3 - Informar o **MODELO** do produto quando for o

caso.

11.2 - Quando se tratar de serviço, no campo MARCA no Sistema da BLL deverá ser preenchido de modo que NÃO IDENTIFIQUE A EMPRESA participante, passível de ter sua proposta DESCLASSIFICADA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

11.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

11.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**12 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

12.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

12.2 - Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.

12.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br**

12.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

12.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.8 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.8.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.8.2 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.8.3 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.8.4 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.9 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.10 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)**

quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.11 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.12 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.13 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.14 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.15 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.16 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.17 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741-355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)**



019

propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

12.18 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

12.18.1 - no país;

12.18.2 - por empresas brasileiras;

12.18.3 - por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.18.4 - por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.19 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.20 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.20.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.20.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie para o e-mail: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br), a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.21 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **13 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br)**

13.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.2.1 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.4 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.5 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

13.5.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.5.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

13.6 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**  
**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**  
 AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000  
 TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)



13.7 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.8 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.8.1 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.8.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.9 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.10 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### **14 - DA HABILITAÇÃO**

14.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 - O Pregoeiro verificará a existência de registros impeditivos da contratação no:

14.1.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CGU, disponível no Portal da Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis));

14.1.1.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)); e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)**

14.1.1.3 - Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>).

14.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.3 - Caso haja algum registro impeditivo, o licitante será excluído do certame por falta de condição de participação.

14.1.4 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.2 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.3 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.5 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.6 - Ressalvado o disposto no item 10.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br**



documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

14.7 - Na hipótese de não constar prazo de validade em certidão, será aceita como válida a expedida **até 90 (noventa) dias** do prazo estabelecido para apresentação dos documentos.

14.8 - Preferencialmente os licitantes deverão encaminhar documentos que tenham autenticação digital, e, caso os mesmos não tenham, se comprometem em apresentar cópia fiel dos originais, bem como que os documentos sejam autenticados e correspondam com a realidade, sob pena de sofrer as sanções cabíveis, de acordo com a legislação civil e penal.

14.9 - **Encerrada a etapa de lances o detentor da menor oferta terá os documentos que constam nos itens 14.10 a 14.14.3, analisados pela Pregoeira e Comissão de Apoio. TODOS OS DOCUMENTOS E PROPOSTA com a descrição do objeto ofertado, preço, CNPJ, papel timbrado e assinatura, DEVERÃO ESTAR ANEXADOS NO SISTEMA até o prazo estipulado no item 10.1 deste edital, caso não tenha um campo específico do documento o mesmo poderá ser anexado no campo "OUTROS DOCUMENTOS".**

## **14.10 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

14.10.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.10.2 - Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

14.10.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.10.4 - inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

14.10.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.10.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.10.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.10.8 - Certidão Simplificada da Junta Comercial, em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação. No caso de sociedade civil, apresentar Certidão do Cartório de Títulos e Documentos com mesmo prazo de antecedência de emissão ou Declaração de Comprovação do Enquadramento como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI (Anexo V), que **DEVERÁ SER ASSINADA PELO SÓCIO GERENTE OU RESPONSÁVEL DA EMPRESA, PELO CONTADOR RESPONSÁVEL DA EMPRESA PARA MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP**. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

14.10.9 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **14.11 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

14.11.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no Ministério da Fazenda (CNPJ);

14.11.2 - Certidão Negativa de débitos perante a **Fazenda Federal/INSS**. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

14.11.3 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede do proponente;

14.11.4 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda da sede do proponente;

14.11.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade Fiscal com **FGTS**, ou outro equivalente, na forma da lei, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

14.11.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**), nos termos da lei 12.440/2011 e Resolução Administrativa 1470/2011 da Justiça do Trabalho.

## **14.12 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

14.12.1 - Alvará de licença e funcionamento devidamente atualizado;

14.12.2 - Atestado de capacidade técnica emitido por órgão ou empresa de direito público, comprovando que já realizou a prestação de serviços compatível com características, quantidades e prazos pertinentes ao objeto desta licitação;

14.12.3 - Comprovação de que o proponente possui em seu quadro técnico no mínimo 04 profissionais que realizarão os serviços em nome da proponente sendo 03 profissionais cardiologistas e 01 profissional eletrofisiologista acompanhado dos seguintes documentos comprobatórios:

14.12.3.1 - Cópia autenticada da carteira de inscrição (CRM) e/ou emissão de comprovante emitido pelo Conselho Profissional da Classe;

14.12.3.2 - Cópia autenticada dos documentos pessoais CPF e RG dos profissionais da proponente;

14.12.3.3 - Cópia autenticada da comprovação de vínculo do profissional com a empresa;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

1 - Profissional empregado da empresa: cópia autenticada do registro em Carteira de Trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto a DRT - Delegacia Regional do Trabalho;

2 - Profissional sócio, diretor ou proprietário: cópia autenticada do Contrato Social e suas alterações em vigor ou da última Ata da eleição da diretoria, devidamente registrada em órgão competente;

3 - Profissional autônomo que presta serviços a licitante: cópia do contrato (em vigor) de prestação de serviços do profissional com a empresa;

14.12.3.4 - A empresa deverá no curso do contrato comunicar a Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, através da secretaria municipal de saúde, se houver substituição do profissional responsável Cardiologista ou Eletrofisiologista de forma obrigatória para que seja apresentado a mesma documentação exigida no edital.

14.12.4 - Certificado de Registro no CRM - Conselho Regional de Medicina, da proponente (Pessoa Jurídica) e dos médicos (Pessoa Física) que compõe o quadro clínico da proponente conforme item 14.12.3.

14.12.5 - Certificado de Título de Especialista em Cardiologia, fornecido pela Associação Brasileira de Cardiologia, ou certificado de especialista em cardiologia emitido pelo CRM dos médicos que farão a análise dos exames.

14.12.6 - Certificado de Título de Especialista em Eletrofisiologista, fornecido pela Associação Brasileira de Cardiologia ou certificado de especialista em Eletrofisiologista emitido pelo CRM dos médicos que farão a análise dos exames.

14.12.7 - Certificado de Registro na Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do aparelho de eletrocargiograma digital a ser cedido em comodato.

14.12.8 - Certidão Negativa de Débitos dos profissionais (pessoa física) da empresa proponente perante o órgão da classe;

14.12.9 - Cópia autenticada do certificado de inscrição da empresa no Conselho Federal de Medicina, com indicação do responsável técnico;

14.12.10 - Certidão negativa de Débitos da empresa proponente (pessoa jurídica) junto ao Conselho Federal ou Regional de Medicina;

14.12.11 - Comprovação de Cadastro do Estabelecimento de Saúde (CNES);

14.12.12 - Declaração de especialização do método de envio e recebimento de exames, uma vez que é preciso garantir a segurança das informações.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)



OBS.: A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ ENCAMINHAR A DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ITEM 14.12 NO E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br) no prazo máximo de 02 (duas) horas declarada vencedora do item. As demais documentações deverão ser anexados na Plataforma da BLL.

## 14.13 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.13.1 - Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

## 14.14 - DEMAIS DECLARAÇÕES:

14.14.1 - Declaração de Cumprimento de Requisito de Habilitação, conforme modelo constante no (Anexo III).

14.14.2 - Declaração de Situação de Regularidade, conforme modelo constante no (Anexo IV);

14.14.3 - Dados atualizados da Empresa, conforme modelo constante no (Anexo VI).

14.15 - Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Pregoeira solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

14.16 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.16.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br**

14.16.2 - A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

14.16.3 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.16.4 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.16.5 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.17 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.18 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.19 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14.20 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

14.21 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**15 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**15.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**

15.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2 - conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

15.4 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.7 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)****16 - DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

16.1 - Os serviços, objeto desta licitação deverá ser de **EXCELENTE QUALIDADE**, obedecendo, respectivamente, às normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as discriminações dos itens constantes no Anexo I.

16.2 - A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados não os atender de acordo com este Edital, poderá incorrer nas sanções administrativas previstas no Art. 7º, "caput" da Lei nº 10.520/2002.

**17 - RECURSOS**

17.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)****18 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA****18.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:**

**18.1.1 -** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**18.1.2 -** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**18.2 -** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**18.3 -** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico "chat", e-mail, ou, ainda, sítio eletrônico da Prefeitura do Município de São João do Ivaí, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**18.3.1 -** No caso da convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema do pregão eletrônico, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**18.4 -** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**19 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**19.1 -** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso ou pela autoridade competente após a regular decisão dos recursos apresentados.

**19.2 -** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**19.3 -** Se antes da celebração do contrato, verificar que a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, bem como, se convocado dentro do prazo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br**

de validade de sua proposta não celebrar o contrato, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes.

**20 - DO CONTRATO**

20.1 - Homologada a licitação, será formalizada o Contrato Administrativo, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação e convocado a (s) adjudicatária (s) a assinar o Contrato (modelo constante do **Anexo VII** deste Edital), dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pelo setor de licitação, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

20.2 - O prazo concedido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

20.3 - A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar a Minuta do Contrato dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas nos itens 26.3, 26.4 e 26.5, deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do Contrato.

**21 - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS**

21.1 - Durante a vigência do Contrato, os preços registrados serão fixos e passíveis de recomposição e reajuste, desde que comprovadas a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do artigo 65, bem como § 8º do artigo 65 da Lei 8.666/93, respectivamente, ou de redução dos preços praticados no mercado.

21.2 - Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do contrato poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de São João do Ivaí, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



033

21.3 - Mesmo comprovada às ocorrências das hipóteses previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65, bem como § 8º do artigo 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

21.4 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor contratado será convocado pelo Município de São João do Ivaí para a alteração, por aditamento, do preço do Contrato, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial do Município de São João do Ivaí.

## **22 - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO**

22.1 - O fornecedor terá o seu contrato RESCINDIDO unilateralmente pelo Município, assegurado o contraditório e a ampla defesa, caso verificados os motivos do art. 78, incisos I à XII, da Lei n. 8.666/93, bem como ocorrer a hipótese do art. 7º da Lei n. 10.520/02, sem prejuízo da apuração das penalidades cabíveis:

### **a) Pela Administração, quando:**

I - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

II - Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;

III - Não cumprir as obrigações decorrentes do Contrato Administrativo;

IV - Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as Autorizações de Fornecimentos decorrentes do Contrato Administrativo;

### **b) Pelo fornecedor, quando:**

I - Comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do Contrato, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;

II - O seu preço contratado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo dos materiais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

22.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município de São João do Ivaí fará o devido apostilamento no Contrato.

**23 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O SEU RECEBIMENTO**

23.1 - Os serviços só serão recebidos depois de certificado pela de Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações contidas no Termo de Referência, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa.

23.2 - No caso de exames rejeitados, ou duvidoso o licitante deverá providenciar o imediato reparo, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no subitem 26.5, ficando sob a sua responsabilidade todos os custos dos exames.

23.3 - Os serviços serão recebidos:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do Edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;

b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços;

c) serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no **ANEXO I**, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 23.4 abaixo.

23.4 - Caso o (s) objeto (s) sejam considerados **INSATISFATÓRIOS**, será lavrado **termo de recusa**, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br**

máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

**24 - CONTRATAÇÃO**

24.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura; sua vigência de 12 (doze) meses poderá ser prorrogada a critério da administração, por períodos subsequentes de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, já incluso o período inicial, mediante termos aditivos.

24.2 - Após a homologação da licitação, o licitante vencedor será convocado, para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, assinar e retirar o Contrato ou instrumentos equivalentes, adaptados à proposta vencedora.

24.3 - Como condição para celebração da contratação, a licitante adjudicatária deverá se encontrar nas mesmas condições requeridas na fase de habilitação.

24.4 - Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, negociando diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

24.5 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes não contratados liberados dos compromissos assumidos.

24.6 - Os preços ajustados poderão ser reajustados nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observado o Índice Geral de acordo com a variação do INPC-IBGE, ou na falta deste por outros divulgados pelo Governo Federal.

**25 - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

25.1 - Os preços oferecidos pelos licitantes deverão estar de acordo com o desconto de desoneração do ICMS, nos termos do CONFAZ n. 87/2002.

25.2 - Os preços ajustados para a execução do objeto deste Pregão serão fixos e passíveis de recomposição.

25.3 - 21.2 - O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva prestação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)**

dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade e Prova de Regularidade Relativa à **Fazenda Federal** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

25.4 - Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**26 - DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará ao contratado a multa de mora, na forma prevista neste instrumento convocatório e respectivo contrato.

26.2 - Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

26.2.1 - Recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o Contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

26.2.2 - Não mantiver a sua proposta.

26.3 - A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:

26.3.1 - Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

26.3.2 - Apresentar documento falso;

26.3.3 - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

26.3.4 - Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

26.3.5 - Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

26.3.6 - Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;

26.3.7 - Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

26.4 - Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:

26.4.1 - Apresentar declaração falsa: multa de até 20% (vinte por cento);

26.4.2 - Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de até 10% (dez por cento);

26.4.3 - Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20% (vinte por cento);

26.5 - Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de São João do Ivaí, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

26.6 - A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade, a teor do disposto no artigo 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

26.7 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do Contrato.

26.8 - As sanções poderão ser aplicadas, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

26.9 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

26.9.1 - O valor devido, e não recolhido no prazo assinalado no subitem anterior, acrescido da taxa SELIC, ao mês ou fração, será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

26.10 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso à autoridade superior, no que couber, conforme previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

26.11 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

26.12 - Na hipótese do CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

**27 - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

27.1 - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

27.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75-741-355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

27.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

27.4 - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **28 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

28.1 - A Pregoeira reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

28.2 - Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

28.3 - A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

28.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo que a falsidade



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a revogação da adjudicação ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

28.5 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

28.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

28.7 - As decisões referentes a este processo de licitação poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Órgão Oficial do Município.

28.8 - A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

28.9 - Não cabe à BLL qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

28.10 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o desta cidade de SÃO JOÃO DO IVAÍ, Estado do Paraná.

28.11 - A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida à proponente.

28.12 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante da contratação, independentemente de transcrição.

28.13 - A proponente ao participar da presente operação, expressa automaticamente concordância aos termos deste Edital.

28.14 - É facultado a pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação:

a) A promoção de diligência a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**



de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;

b) Revelar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não ficaram o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

28.15 - A Pregoeira, caso entenda necessário, poderá suspender a sessão pública para analisar os documentos e propostas comerciais.

28.16 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e ou documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.17 - Após apresentação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

28.18 - Se alguma data marcada ou de fim de contagem de prazos coincidirem com decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização de qualquer procedimento, este será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

28.19 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, em ambos os casos, só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de São João do Ivaí.

28.20 - As normas que disciplinam este pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da futura contratação.

28.22 - Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes na Minuta do Contrato (Anexo VII).

28.23 - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela pregoeira com base na legislação vigente.

28.24 - Em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 para todas as referências de tempo contidas no presente Edital será





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)



observado o horário oficial de Brasília e os horários de expediente da Prefeitura do Município de São João do Ivaí.

28.25 - Qualquer reclamação dos representantes legais das licitantes deverá ser feita durante a sessão pública, oportunidade em que será registrada na respectiva ata.

28.26 - Ressalvadas as hipóteses de publicação do aviso do edital, dos atos de habilitação ou inabilitação, de classificação ou desclassificação da proposta, da anulação ou revogação da licitação e os demais procedimentos que visem a assegurar o conhecimento dos atos pelos interessados, as comunicações dirigidas por meio eletrônico ao representante do licitante suprem, para todos os efeitos, o dever de comunicação por parte do Município de São João do Ivaí, os quais serão publicados diretamente no Diário Oficial Eletrônico do Município de São João do Ivaí.

28.27 - O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 13h:30min. às 16h:30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Endereço Avenida Curitiba, 563, Centro, São João do Ivaí/PR, para melhores esclarecimentos.

## 29 - ANEXOS DO EDITAL

29.1 - Integram o presente edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III - Declaração de Cumprimento de Requisito de Habilitação;
- d) Anexo IV - Declaração de Situação de Regularidade;
- e) Anexo V - Modelo de Declaração de Comprovação do Enquadramento como Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI;
- f) Anexo VI - Dados atualizados da Empresa;
- g) Anexo VII - Minuta do Contrato.

São João do Ivaí, 14 de fevereiro de 2022.

**CARLA SUZI EMERENCIANO**  
Prefeita Municipal



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

1 - O objeto deste procedimento é a Contratação de empresa especializada de Telemedicina para prestação de serviços de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança) com equipe medica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, bem como cessão de 01 aparelho de eletrocardiograma para Hospital Municipal de São João do Ivaí, com capacidade para realizar 12 derivações com DII longo, devidamente registrado pela ANVISA em caráter de comodato, de acordo com o preço de referência e as quantidades ABAIXO especificadas:

No caso de divergência no descritivo dos itens entre o Termo de Referência (Anexo I) e o constante na Plataforma do Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência (Anexo I).

### **ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS / PREÇO ESTIMADO:**

Valor Máximo: R\$ 21.113,54 (vinte e um mil, cento e treze reais e cinquenta e quatro centavos).

| Lote/<br>Item | Especificação  | UN  | Quant. | Valor<br>Máx.Unit. | Valor<br>Máx.Total |
|---------------|--|-----|--------|--------------------|--------------------|
| 1             | Contratação de Empresa de Telemedicina para prestação de serviço de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet (com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança) com equipe médica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, a equipe deve ser composta por no mínimo 4 (quatro) | MÊS | 12     | 1.656,67           | 19.880,04          |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



profissionais cardiologistas detentores de título de especialista para a continuidade do atendimento ininterrupto, bem como cessão por comodato de 01 (um) aparelho de eletrocardiograma digital USB para microcomputador, com capacidade para realizar 12 (doze) derivações simultâneas com DII longo devidamente registrado pela ANVISA. Emissão de laudo de emergência em até 40 minutos e rotina deverão ser respondidos em até 24 (vinte e quatro) horas. Deve ser fornecido treinamento especializado para utilização do aparelho, presencial no local da instalação do equipamento, para que os profissionais envolvidos estejam aptos a trabalhar sob os padrões de qualidade da Contratada, substituição do aparelho em caso de mau funcionamento, de forma gratuita, em até 48 (quarenta e oito) horas após expressamente comunicado.

## 70 LAUDOS ECG - MÊS.

Plantão de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas de trabalho, todos os dias, para a feitura de ECG de urgência e informações médicas adicionais ao plantonista quando necessário.

Treinamento, Capacitação a todos os funcionários envolvidos na feitura dos Eletrocardiogramas (Enfermeiros (as) ou técnicos (as) e auxiliares de enfermagem).

Dar todo o apoio a equipe técnica e manutenção nos eletrocardiógrafos e computadores, através de suporte técnico à distância via telefone ou acesso remoto, e a troca dos equipamentos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após expressamente comunicado, caso o problema não seja sanado.

Fazer a integração do software que realiza os exames com o sistema, permitindo o carregamento automático dos



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



|   |   |    |    |       |          |
|---|---|----|----|-------|----------|
|   | arquivos.<br><br>Em caso de roubo ou furto dos equipamentos, o CONTRATANTE fica responsável em reembolsar a contratada.<br><br>A troca das perinhas será realizada sem custo a cada 08 meses, se necessário, mediante solicitação, e o cabo de paciente a cada 01 ano, se necessário, mediante solicitação. Caso seja necessária a troca dos mesmos antes do prazo mencionado acima, fará a substituição, mas o custo correrá por conta do CONTRATANTE. |    |    |       |          |
| 2 | Serviços de eletrocardiograma excedente ao item 01  | UN | 50 | 24,67 | 1.233,50 |

**JUSTIFICATIVA:** A Contratação de Empresa de Telemedicina para prestar o Serviço de Interpretação de Eletrocardiograma se justifica devido à necessidade que os atendimentos de urgência e emergência bem como os de rotina/eletivos em sua maioria necessitam a realização de exames, principalmente ECG - Eletrocardiograma e portanto para dar continuidade ao atendimento de Urgência e Emergência deste Hospital, garantindo a realização do exame de ECG com a emissão de laudos, de forma rápida e prática através da telemedicina, visando redução de custos e menor tempo para o resultado, se faz necessário pois o ECG é um exame útil e indispensável no diagnóstico de doenças cardíacas, para tanto, na ausência de médico especialista o serviço de interpretação de ECG à distância possibilita diagnósticos precisos, auxiliando no tratamento e condutas para transferências dos pacientes e dando suporte ao atendimento dos plantonistas. Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de médico cardiologista, para a realização da análise e dos laudos dos exames de eletrocardiograma 24 horas por dia. Ressaltando que o serviço de interpretação de ECG a distância gera economicidade, visto que, a contratação de um médico cardiologista para todos os plantões seria inviável, especialmente por questões financeiras. Considerando que o serviço realizado na própria Secretaria e município, evita o deslocamento dos pacientes para o município de referência, em que pese que o deslocamento de pacientes gera gastos expressivos ao orçamento municipal ao passo que a demora e transtorno para os pacientes é evidente, sendo vantajoso aos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

cofres públicos e ao bem-estar dos pacientes a implantação desse serviço no município. Diante do exposto, justifica-se a abertura do referido processo licitatório, em razão de garantir os serviços de saúde para com os usuários que necessitam de atendimento e acompanhamento dos serviços acima citados.

**2 - DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

2.1 - Os serviços, objeto desta licitação deverá ser de **EXCELENTE QUALIDADE**, obedecendo, respectivamente, às normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as discriminações dos itens constantes no Anexo I.

2.2 - A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados não os atender de acordo com este Edital, poderá incorrer nas sanções administrativas previstas no Art. 7º, "caput" da Lei nº 10.520/2002.

**3 - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTOS:**

3.1 - As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria requisitante.

3.2 - Endereço do local para o atendimento dos serviços Hospital Municipal de São João do Ivaí - Rua Joaquim Montes, 90 - Centro - Telefone: (43) 3477-8480.

3.3 - Os serviços só serão recebidos depois de certificado pela de Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações contidas no Termo de Referência, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa.

3.4 - De posse da Autorização dos exames os mesmos serão realizados por profissional treinado e responsável do Hospital Municipal, através do sistema de eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de internet (com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança).

3.5 - As Notas Fiscais devem ser entregues ao final do mês com relatórios dos responsáveis do Hospital Municipal, constante na Autorização de Fornecimento e/ou empenho pra servidor responsável do setor de compras para posteriormente ser encaminhado ao setor de finanças da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí para posterior pagamento.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



## **4 - OUTRAS OBRIGAÇÕES:**

4.1 - Indicar o endereço das instalações de empresa, bem como, a relação do pessoal técnico qualificado para a realização do objeto deste Termo de Referência, facultado a contratante à opção de fazer vistoria in loco das instalações para verificar a veracidade das informações prestadas.

4.2 - Havendo alteração em qualquer um dos dados do item 4.1, a Contratada terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para informar a CONTRATANTE a alteração e encaminhar todos os dados atualizados.

4.3 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, civis, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços, inclusive com o pessoal, que não terá qualquer vínculo empregatício com a contratante.

4.4 - Responder por todos os ônus referentes à prestação contratada tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais, fiscais, previdenciários e civis, enfim, todos os que incidirem direta ou indiretamente nos serviços contratados.

4.5 - Nomear, indicando nome e forma de contato, depois de decorridos 05 (cinco) dias da assinatura do Contrato, um representante para manter contato direto e constante com o preposto da contratante durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, inclusive, nas possíveis prorrogações.

4.6 - A contratada deverá cumprir a legislação trabalhista, convenções coletivas e/ou acordos de trabalho da categoria e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, relacionadas as pessoas envolvidas na execução do contrato.

4.7 - Fica designada a senhora ADRIANA DA SILVA CERON DE ALMEIDA como gestora e fiscal do contrato - Portaria nº. 06/2021.

São João do Ivaí/PR, 14 de fevereiro de 2022.

**CARLA SUZI EMERENCIANO**  
Prefeita Municipal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2022**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Prezada Senhora,

Apresentamos e submetemos à apreciação desta Pregoeira a nossa proposta de preços relativa ao Edital Pregão Eletrônico em epigrafe cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada de Telemedicina para prestação de serviços de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança) com equipe medica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, bem como cessão de 01 aparelho de eletrocardiograma para Hospital Municipal de São João do Ivaí, com capacidade para realizar 12 derivações com DII longo, devidamente registrado pela ANVISA em caráter de comodato, conforme segue:**

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|------|-------------------|-------|--------|-------|-------------|-------------|
|      |      |                   |       |        |       |             |             |
|      |      |                   |       |        |       |             |             |
|      |      |                   |       |        |       |             |             |
|      |      |                   |       |        |       |             |             |

**PROPOSTA: R\$\_\_\_\_\_ (valor por extenso)**

• O prazo de execução do objeto é de 12 (doze) meses, se houver interesse de ambas as partes este Contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo.

• Prazo mínimo da validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias, que será contado a partir da data de entrega da

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

proposta. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

- O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva prestação dos serviços.

- Os produtos e/ou serviços ofertados atendem todas as especificações contidas no Termo de Referência do presente edital.

- Estão inclusos todos os custos, dentre estes, todas as despesas de pessoal, com frete, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas indispensáveis à execução do objeto da presente licitação.

- Caso venha a vencer a licitação, terá disponibilidade dos produtos e/ou serviços e estes serão entregues e/ou executados no prazo previsto estipulado no Termo de Referência.

DECLARA AINDA ESTAR DE ACORDO E CIENTE COM TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTIPULADAS EM EDITAL.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Atenciosamente,

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2022**

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITO DE HABILITAÇÃO**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo), declara que a referida cumpre, nos termos do art. 4º, VII, da Lei 10.520/02, plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do PREGÃO, na forma ELETRÔNICA - Nº 15/2022, se responsabilizando por quaisquer vícios ou imperfeições relativas à documentação apresentada que está em conformidade ao edital supra citado.

Por fim, declara que presta as presentes declarações na forma e sob as penas da Lei.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente)  
(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

**OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741-355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br**



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2022**

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2022

NOME DA EMPRESA: \_\_\_\_\_

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o Sr.(a): \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

- DECLARA não ter recebido do Município de \_\_\_\_\_ ou de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e ou impedimento de contratar com as Administração, assim como não ter recebido declaração de INIDONEIDADE para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

- DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

- DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

- DECLARA que, sob as penas da Lei, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos. Salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

- DECLARA que, não mantém em seu quadro de sócios, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, ocupantes de cargo em Comissão ou função de Confiança, ou seus cônjuges e companheiros, de modo que atenda aos ditames do art. 91, "caput" da Lei Orgânica Municipal.

- DECLARA que, não mantém em seu quadro social, gerente, diretor, sócio, proprietário, administrador, controlador ou conselheiro que seja servidor público, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do Município de São João do Ivaí - PR, conforme Súmula 13 do STF e Acórdão nº 2.745/2010 do TCE-PR.

- DECLARA sob as penas do Artigo 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 15/2022, da entrega dos produtos licitados, no prazo previsto.

- DECLARA sob as penas da Lei, que todos os funcionários da empresa são contratados com registro em CTPS nos termos da CLT e de acordo com as normas do Ministério do Trabalho, com o recolhimento devido de todas as contribuições previdenciária ao INSS.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(representante legal)

*OBS.: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br**



**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 15/2022**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO COMO  
MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP OU  
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI (SUGESTÃO)**

(nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita  
no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante  
legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da  
Cédula de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e CPF nº.  
\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas  
cabíveis e sob as penas da lei, ser Microempresa ( ), Empresa de  
Pequeno Porte ( ) ou Microempreendedor Individual - MEI ( ), nos  
termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos  
impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da lei Complementar nº.  
123/06 e alterações.

(local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do sócio gerente ou responsável da empresa)

\_\_\_\_\_  
(NOME E ASSINATURA DO CONTADOR RESPONSÁVEL DA EMPRESA PARA  
MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP)

- A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

**\* Esta declaração poderá ser substituída pela apresentação da  
Certidão Simplificada DA JUNTA COMERCIAL RESPECTIVA**

**Emitir em papel timbrado que identifique o licitante**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

**ANEXO VI**

**DADOS ATUALIZADOS PARA CONTATO COM A EMPRESA**

Nota: Todos os dados para contato deverão ser expressamente declarados pela empresa, em sendo obrigatório contato de seus representantes legais, não podendo ser entregue dados de terceiros alheios a contratação, como por exemplo, o Escritório de Contabilidade da empresa. Devendo conter no mínimo os seguintes dados atualizados: Nome da empresa, CNPJ, Endereço Completo, e-mail, Telefone.

Obs: Caso não seja apresentado os dados atualizados da proponente, este órgão não será responsável do não recebimento de solicitação de produtos, envio de empenhos, notificações e afins.

|                     |
|---------------------|
| RAZÃO SOCIAL:       |
| CNPJ:               |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL: |
| ENDEREÇO:           |
| CIDADE:             |
| CEP:                |
| FONE:               |
| E-mail:             |
| CONTA CORRENTE:     |
| AGÊNCIA:            |
| BANCO:              |

|   |
|---|
| RESPONSÁVEL POR ASSINAR O CONTRATO/ATA: |
| NOME:                                   |
| CPF:                                    |
| RG:                                     |
| ORGÃO EMISSOR:                          |
| ENDEREÇO:                               |
| CIDADE:                                 |
| CEP:                                    |
| FONE:                                   |
| E-mail:                                 |



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ

AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000

TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br



PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022

## ANEXO VII

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2022

Minuta de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**, Estado do Paraná, e a Empresa \_\_\_\_\_.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, os abaixo assinados, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**, com sede à Av. Curitiba, nº 563, na cidade de São João do Ivaí, inscrita no CNPJ sob o número 75.741.355/0001-30, neste ato representada pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhora **CARLA SUZI EMERENCIANO**, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 8.238.909-1 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº. 006.538.469-59, residente e domiciliado na Rua União da Vitória, nº 339, Centro, em São João do Ivaí, Pr.

De outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de Direito Privado, sito à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, acordam e firmam o presente Contrato, de acordo com a PREGÃO ELETRÔNICO n.º 15/2022 e seus anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente é a Contratação de empresa especializada de Telemedicina para prestação de serviços de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança) com equipe





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br**



medica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, bem como cessão de 01 aparelho de eletrocardiograma para Hospital Municipal de São João do Ivaí, com capacidade para realizar 12 derivações com DII longo, devidamente registrado pela ANVISA em caráter de comodato, assim especificado:

(inserir relação dos itens)

## **CLÁUSULA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

2.1 - A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e demais disposições aplicáveis a Licitação e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2.2 - Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, por despacho fundamentado por assessor jurídico desta municipalidade.

2.3 - Integram este contrato, o Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2022 e seus Anexos, proposta de preços escrita, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

2.4 - Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de correspondência devidamente protocolada.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS**

3.1 - As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/93, ao Edital de Pregão Eletrônico nº 15/2022 e às cláusulas expressas neste Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1 - Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além das demais previstas neste Contrato:

I - Fornecer o objeto no prazo estabelecido e no local indicado pela Administração, acompanhadas de notas para conferência, a qual ocorrerá no ato da entrega e no local de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br**



recebimento;

II - Dar ciência ao **CONTRATANTE**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, mesmo que estes não sejam de sua competência;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

IV - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

V - Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;

VI - Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei n.º 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos materiais adquiridos, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;

VII - Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega;

VIII - Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercitada pelo **CONTRATANTE**;

IX - A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato;

X - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato;

XI - Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, eventuais convocações do **CONTRATANTE**;

XII - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório durante toda a execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br**

XIII - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

XIV - Cumprir todas as especificações previstas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2022** que deu origem ao presente instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE** além das demais previstas neste Contrato:

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Décima;

II - Fornecer e colocar à disposição da **CONTRATADA** todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação;

IV - Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V - Fiscalizar a execução da presente contratação por um representante da **CONTRATANTE**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento dos objetos e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

VI - A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação em conformidade com o Artigo 70, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEXTA - DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS**

6.1 - Os serviços, objeto desta licitação deverá ser de **EXCELENTE QUALIDADE**, obedecendo, respectivamente, às normas técnicas, controle de qualidade e atender estritamente as discriminações dos itens constantes no Anexo I.

6.2 - A licitante proponente que uma vez ciente dos requisitos supramencionados não os atender de acordo com este





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**  
**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**  
AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000  
TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)



Edital, poderá incorrer nas sanções administrativas previstas no Art. 7º, "caput" da Lei nº 10.520/2002.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O SEU RECEBIMENTO**

7.1 - Os serviços só serão recebidos depois de certificado pela de Secretaria Municipal de Saúde, observadas as especificações contidas no Termo de Referência, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa.

7.2 - No caso de exames rejeitados, ou duvidoso o licitante deverá providenciar o imediato reparo, sob pena de ser aplicada a multa estabelecida no subitem 26.5, ficando sob a sua responsabilidade todos os custos dos exames.

7.3 - Os serviços serão recebidos:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do Edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;

b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços;

c) serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no **ANEXO I**, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 7.4 abaixo.

7.4 - Caso o (s) objeto (s) sejam considerados **INSATISFATÓRIOS**, será lavrado **termo de recusa**, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito,





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



mantido o preço inicialmente contratado.

## **CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1 - No desempenho de suas atividades, é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

8.2 - A ação ou omissão total ou parcial do órgão fiscalizador não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade de executar o objeto com toda cautela e boa técnica.

8.3 - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, a fiscalização tomará as providências legais e contratuais cabíveis, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002 e suas alterações posteriores.

8.4 - A fiscalização por parte da **CONTRATANTE** não eximirá ou reduzirá em nenhuma hipótese, as responsabilidades da empresa contratada em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização.

8.5 - Fica designada para fiscalização de contrato a Sra. ADRIANA DA SILVA CERON DE ALMEIDA - Portaria nº. 06/2021.

## **CLÁUSULA NONA - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS**

9.1 - As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão por conta da dotação específica, a saber:

08.006.10.302.0011.2.091.3.3.90.39.00.00. - 1000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1 - O valor global deste contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

10.2 - O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a efetiva prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade e Prova de Regularidade Relativa à **Fazenda Federal** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivaí-pr.gov.br**

10.3 - Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA**

11.1 - O presente contrato passa a vigorar a partir de sua assinatura. Sua vigência de 12 (doze) meses poderá ser prorrogada a critério da administração, por períodos subsequentes de 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, já incluso o período inicial, mediante termos aditivos.

11.2 - Os preços ajustados poderão ser reajustados nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observado o Índice Geral de acordo com a variação do INPC-IBGE, ou na falta deste por outros divulgados pelo Governo Federal.

11.3 - No caso de assinatura de termo aditivo, a velocidade de Download e Upload, deverão ser atualizadas, conforme planos disponíveis no ato da assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL**

12.1 - O atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação contratual, de falha na execução do contrato ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada, com as seguintes penalidades:

12.1.1 - Advertência;

12.1.2 - Multa;

12.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de São João do Ivaí, por prazo não superior a 02 (dois anos); ou

12.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

12.2 - Poderá ser aplicada a sanção de advertência nas seguintes condições:

12.2.1 - Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

12.2.2 - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do objeto do CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

12.3 - Poderá ser aplicada a sanção de multa nas seguintes condições:

12.3.1 - Compensatória:

12.3.1.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;

12.3.1.1.1 - No caso de reincidência, ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

12.3.1.2 - No caso de inexecução total, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

12.3.2 - Moratória: no caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir de quando será caracterizada a inexecução parcial do objeto.

12.3.2.1 - No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias.

12.3.3 - A fixação das multas compensatórias referidas no subitem 12.3.1 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

12.3.4 - O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida à CONTRATADA.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741-355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86-930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**

12.3.4.1 - Se o valor da fatura for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

12.3.4.2 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.4 - Poderá ser aplicada a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de São João do Ivaí, com fundamento no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa, à CONTRATADA que incorrer em inexecução parcial contratual.

12.5 - Poderá ser aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base no artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8666/93, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, dentre outros casos, quando:

12.5.1 - Fraudar a execução do contrato;

12.5.2 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.5.3 - Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

12.5.4 - Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do Município de São João do Ivaí;

12.5.5 - Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município de São João do Ivaí após a assinatura do Contrato;

12.5.6 - Apresentação, ao Município de São João do Ivaí, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

12.5.7 - Inexecução total do objeto, conforme previsto no subitem 12.7 desta cláusula.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai.pr.gov.br)**

12.6 - Será configurada a inexecução parcial do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do contrato, percentual inferior a 100% (cem por cento) e superior ou igual a 50% (cinquenta por cento) do objeto do contrato.

12.7 - Será configurada a inexecução total do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do contrato, percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do objeto do contrato.

12.8 - As sanções previstas no subitem 12.1.1, 12.1.3 e 12.1.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com as multas previstas nos subitens 12.3.1 e 12.3.2.

12.9 - As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.10 - Na hipótese do CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO**

13.1 - O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77, 78 e 79, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

13.2 - A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

13.3 - Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela **CONTRATANTE** e, comprovadamente realizadas pela **CONTRATADA**, previstas no presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO**

14.1 - A não utilização, por qualquer das partes, dos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741-355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86-930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



direitos a elas assegurado neste Contrato e na Lei em geral e não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição do **CONTRATANTE** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

15.1 - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2 - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ****CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ****AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000****TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: [licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br](mailto:licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br)**

15.3 - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.4 - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

16.1 - O presente Contrato poderá ser alterado para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos nos diplomas legais pertinentes à matéria.

**CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

17.1 - O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

18.1 - A troca eventual de documentos e cartas, entre a Contratante e a Contratada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova da entrega de documentos ou cartas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**CNPJ: 75.741.355/0001-30 - ESTADO DO PARANÁ**

**AV. CURITIBA - Nº 563 - CENTRO - CEP: 86.930-000**

**TELEFONE: (43) 3477-8405 - E-MAIL: licitacao@saojoaodoivai-pr.gov.br**



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

19.1 - A Contratada não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte poderá subcontratar a prestação de serviços, se o expresse consentimento da **Contratante**, dado por escrito sob pena de rescisão deste Contrato.

**CLAUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE**

20.1 - O Extrato do Contrato será publicado no Diário Oficial do Município de São João do Ivaí e Jornal Tribuna do Norte de Apucarana, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO**

21.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São João do Ivaí, Estado do Paraná, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

21.2 - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

São João do Ivaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**  
**CONTRATANTE:**

\_\_\_\_\_  
**CARLA SUZI EMERENCIANO**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

**EMPRESA:** \_\_\_\_\_  
**CONTRATADA:**

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE LEGAL**

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_







# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Contém

Documentação de Licitação

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de eletrocardiograma por telemedicina com laudo.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2021**

**PROCESSO N°23/2021**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, ESTADO DO PARANÁ Torna Público que se acha aberta licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço por lote**, objetivando o Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de eletrocardiograma por telemedicina com laudo. O presente processo será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 10.024/2019; Decreto Municipal nº. 05/2006, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, alterada pela LC 147/2014 e na Lei nº 8.078, de 1990 do Código de Defesa do Consumidor e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 18/02/2021**

**TERMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** às 08h00min do dia 08 de março de 2021

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 09h00min do dia 08 de março de 2021

**LOCAL:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

### 1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de eletrocardiograma por telemedicina com laudo. Observado o Termo de Referência anexo ao presente Edital.

1.1.1. Serviço de telemedicina cardiológica, eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet (com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança; com equipe médica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, para a tender as necessidades do Hospital Municipal e das Unidades Básicas de Saúde (USB), em caráter de comodato, com a cessão de 02 (dois) aparelhos de eletrocardiograma, a ser instalado no Hospital Municipal de Curiúva e uma na Unidade Básica de Saúde.

1.1.2. Os serviços que constituem objeto de licitação deverão ser executados de acordo com as solicitações realizadas pela **Contratante**, atendidas as especificações constantes dos Anexos.

1.2. Não serão aceitas e serão devolvidas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida no edital.

1.3. O preço máximo global estimado para o presente certame importa em **R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)**.

### 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

AVENIDA ANTÔNIO CUNHA, 81 – TELEFAX (43) 3545-1222 – CEP 84280-000 – CURIÚVA – PR





**2.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil**.

**2.2.** Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Município de Curiúva/PR, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Bli compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil ([www.bli.org.br](http://www.bli.org.br)).

### **3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**3.1.1.** Poderão participar do Pregão, os interessados enquadrados como Micro, Pequena Empresa e MEI's que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constantes deste Edital e seus Anexos e, que detenham atividade pertinente e compatível com o seu objeto.

**3.1.2.** Este edital é exclusivo para Micro, Pequena Empresa e MEI's, considerando o Artigo 48 inciso I da LC 123/06, alterada pela LC 147/14;

**3.2.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

**3.3.** É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

**3.4.** Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

**3.5.** O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

**3.6.** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

**a)** Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (**ANEXO 04**);

**b)** Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações e Leilões (**ANEXO 04**) e,

**c)** Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5º.

**3.7.** O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, anexo 04

3.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto consoante com o modelo do Anexo 10, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

## 4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES da BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Bolsa de Licitações e Leilões**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **BLL - Bolsa De Licitações e Leilões**.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL - Bolsa de Licitações e**





**Leilões** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.7** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

### **PARTICIPAÇÃO:**

**4.8** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**4.9** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**4.10.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.11** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da **Bolsa de Licitações e Leilões** ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *Valor unitário;*

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.8. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

6.9. **Será desclassificada a proposta que apresentar preço superior ao preço máximo fixado no respectivo edital.**

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.





7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

**Explicação Adotado o modo de disputa aberto, a previsão do item acima de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Já para o modo de disputa "aberto e fechado", tal previsão é facultativa.**

*O subitem acima poderá ser acrescentado para incluir intervalo mínimo de valor (em moeda corrente) ou de percentuais entre os lances, que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2013, e do art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.*

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**aberto e fechado**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

7.12 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.17. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:





7.18.1. no país;

7.18.2. por empresas brasileiras;

7.18.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.19. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.20.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.**

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA POR EMAIL

9.1. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no Anexo 02 deste Edital, (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP enviar também o Anexo 9), deverão ser enviados via fax ou e-mail: [licitacoes@curiuva.pr.gov.br](mailto:licitacoes@curiuva.pr.gov.br), no prazo máximo de 02 (duas) horas após o término do Certame ou ainda anexados na plataforma caso o condutor habilite o upload dos mesmos.

## 10. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA VENCEDORA

10.1 Todos os documentos exigidos para habilitação (conforme anexo 02, 05, 06, 07, 09, 10), (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP/MEI o Anexo 08) deverão ser enviados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, em original ou cópia autenticada, por cartório competente, juntamente com a proposta de preços ajustada ao lance final, para o endereço Prefeitura do Municipal de Curiúva, Setor de Licitações, localizada na Avenida Antonio Cunha, 81, Curiúva-PR, – CEP 84280-





000 – Fone 43 3545 1222 . **O não cumprimento do referido prazo acarretará na desclassificação da proposta vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada.**

Todos os documentos/propostas ajustados deverão ser inseridos no envelope, com os seguintes dizeres:

**Município de Curiúva**

**Endereço Avenida Antonio Cunha,81, CEP 84280-000**

**Setor de Licitações**

**Razão Social e CNPJ empresa**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021**

**10.2.** A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no **item 5.24.**

**10.3.** O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 12, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

**10.4.** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

**10.5.** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**10.6.** Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**10.7.** Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o sistema aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

**11.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitações@curiuva.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: **Prefeitura Municipal de Curiúva/PR, Avenida Antonio Cunha,81, CEP 84280-000, Setor de Licitações.**

**11.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**11.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.





11.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

11.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**As Impugnações, Esclarecimentos e os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio ou enviados em duas vias para a prefeitura. Uma via original deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Curiúva/PR, no endereço constante no item 5.24. Esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo - Junto com este documento original, deverá ser enviado também uma cópia por e-mail ( e-mail do pregoeiro indicado na pg 01 do edital ) para que seja possível a publicação on-line das razões do recurso interposto e a decisão cabida à este.**

## **12. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Multa, observados os seguintes limites:

a) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento;

b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c")

c) **A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão total, ou cancelamento.**

12.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

12.3. Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

12.4. A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

12.5. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

12.6 As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.





**12.7.** Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

**12.8.** A aplicação da multa a que se refere o item **12.1.** e seguintes não impede a rescisão unilateral do contrato/Ata nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, bem como sua inclusão na dívida ativa nos termos da Lei.

**12.9.** A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

a) Na hipótese prevista no artigo 78, da Lei 8666/93, a suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos quando, por culpa da proponente, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou ocorrer a rescisão administrativa;

b) não mantiver sua proposta;

c) incorrer em inexecução contratual.

**12.10.** As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

c) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

d) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

**12.11.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, caso o licitante descumpra as condições estabelecidas neste Edital, apresente documentação falsa, não mantenha a proposta, enseje o retardamento da execução do objeto contratado, falhe ou fraude na execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.12.** O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

**12.13.** A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do produto.

**12.14.** A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

### **13. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO**

#### **13.1 PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, para no prazo de até 12 meses, entregar o objeto desta licitação, para todos os **LOTES**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 12, deste Edital.

**13.2** O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Prefeitura, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) produto (s) constantes do anexo 05 deste edital, e deverá ser substituído pelo fornecedor, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, sem qualquer ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

**13.3.** O objeto da presente licitação deverá ser entregue imediatamente, contados da emissão do pedido expedido pelo setor competente, caso a empresa não faça a entrega nos prazos mencionados, a Administração juntamente com a Secretaria de Saúde aplicará as penalidades conforme as condições estabelecidas nos anexos deste Edital;

## 14. PAGAMENTO

**14.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto e emissão da referida nota fiscal. O pagamento realizado será o do valor de 130 exames mensais, cumulativos.

**14.2.** Nenhum pagamento será efetuado à Detentora enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

**14.3** Sendo constatada irregularidade no objeto entregue, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção, quer esta seja efetuada por reparação, complementação ou substituição do bem.

**14.4.** Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

## 15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa resultante deste procedimento licitatório correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias:

| Exercício | Conta despesa | Natureza despesa | Grupo da fonte |
|-----------|---------------|------------------|----------------|
| 2021      | 02550         | 3.3.90.39.99.99  | Do Exercício   |

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

**16.1** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Curiúva revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O município de Curiúva poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**16.2** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento





apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**16.3** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**16.4** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**16.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**16.6** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.7** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

**16.8** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

**16.9** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**16.10** Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

**16.11** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de das 08h00min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, para melhores esclarecimentos.

**16.12** A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

**16.13** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**16.14** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

**16.15** As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

**16.16** Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

**16.17** Compõem o presente Edital:

**ANEXO 01** – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

**ANEXO 02** – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO 03** – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO LICITANTE VENCEDOR

**ANEXO 04 e 4.1** – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL

**ANEXO 05** – MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

**ANEXO 06** – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

**ANEXO 07** – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

**ANEXO 08** – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

**ANEXO 09** – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

**ANEXO 10** – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**ANEXO 11** – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

**ANEXO 12** – TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

16.18. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação. Não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Curiúva/PR.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA, 18 de fevereiro de 2020.

-----  
**NATA NAEL MOURA DOS SANTOS**  
*Prefeito Municipal*

-----  
**LUCIANA MARÍLIA DA COSTA**  
*Pregoeira*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 01

### FOLHETO DESCRITIVO E TERMO DE REFERENCIA/PROPOSTA DE PREÇO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de eletrocardiograma por telemedicina com laudo, com as características e especificações descritas abaixo:

| Lote: 1 - Lote 001 |   |            |         |              |                    |
|--------------------|---|------------|---------|--------------|--------------------|
| Item               | Nome do produto/serviço   | Quantidade | Unidade | Preço máximo | Preço máximo total |
| 1                  | Exame de eletrocardiograma por telemedicina cardiológica, eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet (com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança; com equipe médica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail | 1560       | Unidade | 25,00        | 39.000,00          |
| <b>TOTAL</b>       |   |            |         |              | 39.000,00          |

1. Os serviços serão prestados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com resposta de laudos em até 20 (vinte) minutos.
2. A instalação e manutenção do equipamento e software para realização dos ECGs e fornecimento dos respectivos laudos. O Equipamento é de propriedade desta contratada e fornecido ao município de Curiúva em regime de comodato.
3. Será realizado treinamento aos médicos e funcionários das unidades de saúde sobre o manuseio dos equipamentos e software, remessa e recebimento dos laudos.
4. É de inteira responsabilidade da contratada toda e qualquer manutenção nos equipamentos e no sistema operacional.
5. Não sendo usada a quantidade mensal de até 130 exames mensais, o saldo de exames remanescentes passará para o mês seguinte (cumulativo), e, assim, sucessivamente.

*Condições de pagamento: conforme o edital*

*Prazo de entrega: imediato*

*Validade de proposta: mínimo 60 (sessenta) dias*

Assinatura do(s) Proponente(s)

Carimbo da firma

CNPJ





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 02

### PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 07/2021

#### 1. HABILITAÇÃO

##### 1.1 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser **encaminhados pelo e-mail [licitacoes@curiuva.pr.gov.br](mailto:licitacoes@curiuva.pr.gov.br)**, com posterior encaminhamento do original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial e com validade na data de realização da licitação, para a Prefeitura Municipal de Curiúva/PR, na Avenida Antonio Cunha, 81, CEP: 84280-000, aos cuidados da Comissão de Licitação/Pregão, observando o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da realização do pregão.

##### 1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

###### 1.2.1 Habilitação Jurídica

a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

###### 1.2.2. Regularidade Fiscal

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS) ou Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) - expedida a partir de novembro de 2014;

c) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);

d) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);

e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual - Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD;

f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

h) Alvará de licença para funcionamento da sede da licitante expedido pelo órgão responsável, exercício 2021;

###### 1.2.2.2. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo 6;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo 7;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal** (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo 8;
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal** – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615, conforme Anexo 11.

## 1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) **Certidão negativa falência e concordata, recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.
  - a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.
  - a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

## 1.2.4. Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por órgão ou empresa de direito Público ou Privado, comprovando que já realizou a prestação de serviços compatível com características, quantidades e prazos pertinentes ao objeto desta licitação;
- b) Comprovação de que a proponente possui em seu quadro técnicos no mínimo 04 quatro profissionais que realizarão os serviços em nome da proponente sendo 03 profissionais cardiologistas e 01 profissional eletrofisiologista, acompanhada dos seguintes documentos comprobatórios:
  - b.1) Cópia autenticada da carteira de inscrição (CRM) e/ou emissão de comprovante emitido pelo Conselho profissional da classe;
  - b.2) Cópia autenticada dos documentos pessoais CPF e RG dos profissionais da proponente;
  - b.3) Cópia autenticada da comprovação de vínculo do profissional com a empresa, mediante:
    - b.3.1) Profissional empregado da empresa - cópia autenticada do registro em Carteira de Trabalho ou da ficha de registro de empregados autenticada junto ao DRT – Delegacia Regional do Trabalho;
    - b.3.2) Profissional sócio, diretor ou proprietário - cópia autenticada do Contrato Social e suas alterações em vigor ou da última Ata de eleição da diretoria, devidamente registrada em órgão competente;
    - b.3.3) Profissional autônomo que presta serviços a licitante - cópia do contrato (em vigor) de prestação de serviços do profissional com a empresa;
  - b.4) A empresa deverá no curso do contrato comunicar a Prefeitura Municipal de Curiúva se houver substituição do profissional responsável cardiologista ou eletrofisiologista de forma obrigatória para que seja apresentado a mesma documentação exigida no edital.
- c) Certificado de Registro no CRM – Conselho Regional de Medicina, da proponente (Pessoa Jurídica) e dos médicos (Pessoa Física) que compõem o quadro clínico da proponente.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- d) Certificado de Título de Especialista em Cardiologia, fornecido pela Associação Brasileira de Cardiologia, ou certificado de especialista em cardiologia emitido pelo CRM dos médicos que farão a análise dos exames;
- e) Certificado de Título de Especialista em Eletrofisiologista, fornecido pela Associação Brasileira de Cardiologia ou certificado de especialista em Eletrofisiologista emitido pelo CRM dos médicos que farão a análise dos exames;
- f) Certificado de Registro na ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos aparelhos de eletrocardiograma digitais a serem cedidos em comodato.
- g) Certidão Negativa de Débitos dos profissionais (Pessoa Física) da empresa proponente perante o Órgão de Classe;
- h) Cópia autenticada do Certificado de inscrição da empresa no Conselho Federal ou Regional de Medicina, com a indicação do responsável técnico;
- i) Certidão Negativa de Débitos da empresa proponente (Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Federal ou Regional de Medicina.
- j) Comprovação de Cadastro do Estabelecimento de Saúde (CNES);
- k) Declaração de especificação do método de envio e recebimento dos exames, uma vez que preciso garantir a segurança das informações.

1.3. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

1.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

1.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

1.7. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.8. **Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

1.9. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 03

### PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 07/2021

#### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 07/2021 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

#### IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

#### PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

#### CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

#### PRAZO DE GARANTIA/VALIDADE

A garantia do (s) produtos (s) consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes

#### LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

#### VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

#### LOCAL E DATA

#### NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

**OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 04

### TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

|  |                     |
|--|---------------------|
| <b>Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)</b> |                     |
| Razão Social:  |                     |
| Ramo de Atividade:                                       |                     |
| Endereço:  |                     |
| Complemento:   | Bairro:             |
| Cidade:  | UF:                 |
| CEP:   | CNPJ:               |
| Telefone Comercial:                                      | Inscrição Estadual: |
| Representante Legal:                                     | RG:                 |
| E-mail:  | CPF:                |
| Resp. Financeiro:  |                     |
| E-mail Financeiro:                                       | Telefone:           |
| ME/EPP: ( ) SIM ( ) Não                                  |                     |

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data:

---

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 4.1

### ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL - (LICITANTE DIRETO) INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

|                            |           |          |
|----------------------------|-----------|----------|
| Razão Social do Licitante: |           |          |
| CNPJ/CPF:                  |           |          |
| <b>Operadores</b>          |           |          |
| 1                          | Nome:     |          |
|                            | CPF:      | Função:  |
|                            | Telefone: | Celular: |
|                            | Fax:      | E-mail:  |
| 2                          | Nome:     |          |
|                            | CPF:      | Função:  |
|                            | Telefone: | Celular: |
|                            | Fax:      | E-mail:  |
| 3                          | Nome:     |          |
|                            | CPF:      | Função:  |
|                            | Telefone: | Celular: |
|                            | Fax:      | E-mail:  |

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data:

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 5

### **CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA**

#### **– SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR**

Pregões Eletrônicos, Pregões Presenciais em formato WEB; Pregões Eletrônicos de Compra Direta, Cotação Eletrônica de Preços:

Não optantes pelo sistema de registro de preços.

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

Optantes pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 10% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

**Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.**

### **DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS**

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto no sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

### **CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – EMPRESAS PRIVADAS**

#### **– SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR**

- Pregões Eletrônicos, Pregões em formato Web ou Cotações Eletrônicas:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor da adjudicação do lote, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 10% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

SERASA e OUTROS) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

## DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto no sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL. A corretagem será pactuada entre os interessados de acordo com as regras usuais do mercado.

## DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 06

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2021 instaurada pela Prefeitura Municipal de **Curiúva/PR**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

096

## ANEXO 07

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº , sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 08

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

### DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 09

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

### DECLARAÇÃO

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa) , CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

---

Nome e nº da cédula de identidade do declarante





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 10

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão 07/2021 da Prefeitura Municipal de **Curiúva/PR**, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 11

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2021

## DECLARAÇÃO

(Razão Social)

CNPJ/MF Nº

Sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2021, instaurada pelo Município de **Curiúva/PR**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data e Lote

Nome do declarante

RG

CPF

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

## ANEXO 12

### CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº XX/2021

Os signatários deste instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CURIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, com sede na Avenida Antônio Cunha, n.º 365, Centro, Curiúva/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, SR. **NATA NAEL MOURA DOS SANTOS**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 4.286.296-7 PR e o CPF sob o n.º 605.580.409-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Presidente Castelo Branco, 262, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93, e atualizações posteriores, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade **Pregão Eletrônico.º 07/2021**, neste ato denominado simplesmente **Contratante**, e de outro lado a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxx**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxx, situada à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado por seu representante legal a Sr. **xxxxxxxxxxxxxx**, neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, achando-se justo e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exame com laudo de eletrocardiograma a pedido da Secretaria Municipal de Saúde, conforme proposta de preços.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DOS SERVIÇOS

2.1. Serviço de telemedicina cardiológica, eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet (com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a qualidade e a segurança; com equipe médica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail, para a tender as necessidades do Hospital Municipal e das Unidades Básicas de Saúde (USB), em caráter de comodato, com a cessão de 02 (dois) aparelhos de eletrocardiograma, a ser instalado no Hospital Municipal de Curiúva e uma na Unidade Básica de Saúde

2.2. A empresa contratada deverá fornecer em regime de comodato dois aparelhos de eletrocardiografia digital, a ser instalado no Hospital Municipal de Curiúva e uma na Unidade Básica de Saúde

2.3. A empresa deverá encaminhar os exames com os laudos para a Secretaria Municipal de Saúde

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Pelos serviços prestados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de **R\$ XXX (XXX)**, conforme necessidade da contratante, constantes da proposta da proponente, ratificados pelo Prefeito Municipal, conforme tabela abaixo:

| Item | Descrição Detalhada  | Unid. | Qtd  | Valor mensal(R\$) | Valor Global (R\$) |
|------|--|-------|------|-------------------|--------------------|
| 01   | Exame de eletrocardiograma por telemedicina cardiológica, eletrocardiograma com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de Internet (com sistema próprio da empresa para envio e recebimento, central de laudos online, visando a | UN    | 1560 | R\$ xx            | R\$                |





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

|  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|
| qualidade e a segurança; com equipe médica de cardiologistas a disposição ininterruptamente 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, fornecendo laudo via e-mail |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|

3.2. Não sendo usada a quantidade mensal de até 130 exames mensais, o saldo de exames remanescentes passará para o mês seguinte (cumulativo), e, assim, sucessivamente.

3.3. Os serviços só poderão ser executados mediante solicitação e autorização redigida da Secretaria Municipal de Saúde, pois o pagamento dos serviços prestados só será efetuado mediante apresentação dos respectivos requerimentos, os quais devem estar acostados à Nota Fiscal;

3.4. Os serviços serão executados no Hospital Municipal, e deverão ser entregue em até 02(dois) dias úteis.

3.5. O pagamento será realizado mensalmente conforme quantidades de exames após a execução dos serviços, mediante apresentação da requisição de serviços, conforme item 3.2, acostado à Nota Fiscal;

## CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, e sua eficácia dar-se-á a partir da data de sua publicação, por extrato do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses mediante celebração de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes e justificativa devidamente aprovada pela Secretaria solicitante.

## CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa deverá prestar todos os serviços relacionados no anexo I do edital e cláusula segunda deste contrato, conforme a necessidade da Secretaria responsável.

## CLÁUSULA SEXTA: DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:

| Exercício | Conta despesa | Natureza despesa | Grupo da fonte |
|-----------|---------------|------------------|----------------|
| 2021      | 02550         | 3.3.90.39.99.99  | Do Exercício   |

## CLÁUSULA SÉTIMA: DA LICITAÇÃO

O presente contrato é celebrado de conformidade com a licitação realizada através do **Pregão Eletrônico n.º 07/2021**, segundo ditames Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 05/2006 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, e para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial acima, quanto a proposta nele adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

## CLÁUSULA OITAVA: DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES

8.1. Os preços apresentados pelo fornecedor no presente contrato poderão ser reajustados conforme o INPC, no caso de prorrogação da vigência deste contrato.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.2. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a Contratante, a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos; nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

## CLÁUSULA NONA: DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

O presente instrumento, contrato poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

9.1 – Pela Administração Municipal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Contrato;
- b) quando o fornecedor não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal 8666/93;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração Municipal.

9.2 – Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências deste Contrato;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

9.3 – Ocorrendo cancelamento do Contrato, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo do presente instrumento.

9.4 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município de Curiúva/PR, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.5 – A solicitação do fornecedor para cancelamento Contrato poderá não ser aceita pela Administração Municipal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.6 – Havendo o cancelamento do Contrato, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

9.7 – Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal 8.666/93, a Administração Municipal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato ficará a cargo do Sr. xxxx, Secretário Municipal de Saúde, o qual se compromete a comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à execução dos serviços contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

11 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

1.1. Multa, observados os seguintes limites:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

a) multa moratória de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato nos casos de mora, exigível juntamente com o cumprimento da obrigação. A multa incidirá a cada novo período de 30 (trinta) dias de atraso em relação à data prevista para o fornecimento;

b) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, exceto no caso de atraso na execução do objeto sobre o valor do fornecimento não realizado (alíneas "a" e "c")

c) A INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO CONTRATUAL ENSEJARÁ MULTA COMPENSATÓRIA DE 30% (trinta por cento) DO VALOR TOTAL DO CONTRATO, se injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua rescisão total, ou cancelamento.

11.2. O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 05 (cinco) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

11.3. Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

11.4. A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

11.5. Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

11.6 As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

11.7. Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

11.8. A aplicação da multa a que se refere o item 11.1. e seguintes não impede a rescisão unilateral do contrato/Ata nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, bem como sua inclusão na dívida ativa nos termos da Lei.

11.9. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

a) Na hipótese prevista no artigo 78, da Lei 8666/93, a suspensão pelo prazo de até 5 (cinco) anos quando, por culpa da proponente, deixar de entregar o objeto contratado, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal ou ocorrer a rescisão administrativa;

b) não mantiver sua proposta;

c) incorrer em inexecução contratual.

11.10. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

c) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

d) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

11.11. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, caso o licitante descumpra as condições estabelecidas neste Edital, apresente documentação falsa, não mantenha a proposta, enseje o retardamento da execução do objeto contratado, falhe ou fraude na execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.12. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

11.13. A penalidade de multa será aplicada de ofício ou por provocação, pelo responsável da Secretaria solicitadora do produto.

11.14. A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital, cabendo ao MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva Estado do Paraná, para que sejam dirimidas todas e quaisquer dúvidas que se originarem deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim se acharem justos e contratados assinam o presente em duas vias, de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, obrigando-se por si e seus sucessores ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessas que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.

Curiúva/ PR, XX de xxx de 2021.

NATA NAEL MOURA DOS SANTOS

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Representante Legal  
CONTRATADA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

106

Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Visto da Assessoria Jurídica







PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**PRUDENTÓPOLIS**  
www.prudentopolis.pr.gov.br  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

SERÁ DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE O ACOMPANHAMENTO DE QUALQUER ALTERAÇÃO  
RELACIONADA A ESTE CERTAME

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2021 – SRP**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS - UASG 987791**

**\* LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP E MEI, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR  
Nº 123/2006 E ALTERAÇÕES\***

**Processo Administrativo nº 7986/2021**

**Objeto:** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de  
serviço de telemedicina cardiológica, para gerenciamento de cardiodiagnóstico, com fornecimento  
de equipamentos necessários, com vista ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde.

**Valor máximo admitido:** R\$ 66.060,00 (sessenta e seis mil e sessenta reais)

**Forma de Realização:** Eletrônica

**Tipo:** Menor Preço

**Forma de Disputa:** Aberto e Fechado

**Critério de Aceitabilidade de Preços:** Menor preço por item

**Prazo de Entrega:** até 12 (doze) horas para exames de rotina e até 40 (quarenta) minutos para  
exames de urgência

**Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses

**Abertura de propostas e disputa de lances:** 17 de dezembro de 2021, às 08h30m

**Data Máxima para recebimento de Impugnações:** 3 (três) dias úteis anteriores a data da abertura

**Data Máxima para recebimento de Esclarecimentos:** 3 (três) dias úteis anteriores a data da  
abertura

**Endereço do certame:** <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

**Referência de Tempo:** Hora de Brasília

**OBS:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização  
do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro  
dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação em  
contrário.





## SUMÁRIO

1. Do Objeto
2. Do Registro de Preços
3. Do Credenciamento
4. Da Participação no Pregão
5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
6. Do Preenchimento da Proposta
7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação dos Lances
8. Do Modo de Disputa Aberto e Fechado
9. Do Julgamento da Proposta
10. Da Habilitação
11. Do Encaminhamento da Proposta Vencedora
12. Da Fase de Sanamento de Erros ou Falhas
13. Dos Recursos
14. Da Reabertura da Sessão Pública
15. Da Adjudicação e Homologação
16. Da Garantia de Execução
17. Das Condições para Assinatura da Ata de Registro de Preço
18. Do Prazo, Local e Condições de Entrega
19. Das Obrigações da Contratante e da Contratada
20. Do Pagamento
21. Da Alteração do Valor
22. Das Sanções Administrativas
23. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
24. Do Combate a Fraude e Corrupção
25. Das Disposições Gerais
26. Anexos do Edital



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 155/2021 – SRP**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Prudentópolis, CNPJ nº 77.003.424/0001-34, por meio da Pregoeira designada pelo Decreto Municipal nº 528, publicado no Diário Oficial do Município de 21 de outubro de 2020, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por ITEM, pelo modo de disputa aberto e fechado, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, do Decreto Municipal nº 440/2008, da Lei Municipal nº 2.241/2017, do Decreto Municipal nº 314/2017, da Lei Complementar Municipal nº 005/2019, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, da Lei nº 12.846/2013, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, as exigências estabelecidas neste Edital e demais normas que dispõem sobre a matéria.

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente pregão tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de telemedicina cardiológica, para gerenciamento de cardiodiagnóstico, com fornecimento de equipamentos necessários, com vista ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste documento, independentemente de transcrição.

1.2 A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3.1 Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço por item, cujo valor seja igual ou inferior àquele constante da tabela de valor máximo do Termo de Referência (Anexo I deste Edital), não sendo aceitas propostas com valores superiores ao máximo admitido pela Administração.

1.3.2 O Município de Prudentópolis não se obriga a contratar do licitante com preço registrado, nem as quantidades indicadas, facultando-se a realização de licitação específica para a execução do





objeto, assegurada a preferência ao fornecedor registrado, inclusive aqueles do Cadastro de Reserva, em igualdade de condições (art. 15, §4º da Lei nº 8.666/93)

1.4 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante neste Edital e a descrição do objeto constante no site [comprasgovernamentais](http://comprasgovernamentais.gov.br), "SIASG" ou Nota de Empenho, prevalecerá, sempre, a descrição constante do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## 3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Prudentópolis, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.3 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com este Município, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;

4.3.2 Que estejam impedidas de licitar e de contratar o Município de Prudentópolis, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e/ou decretos regulamentadores;

4.3.3 Que não atendam as condições deste Edital e seus anexos;

4.3.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.5 Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação as empresas cujos gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam servidores, funcionários ou empregados públicos do Município de Prudentópolis, bem como que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.6 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.7 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição, vez que a complexidade da contratação não exige dos licitantes excessivo grau de comprometimento econômico, a ponto de





necessitar da junção de empresas sob qualquer aspecto;

4.3.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3.9 Que tenham sido declaradas inidôneas pela autoridade competente da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital;

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.2 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.3 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.4 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.5 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.6 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.7 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.8 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.9 Que não possui em sua cadeia produtiva empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

4.4.10 Que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).

4.5 Não há necessidade de envio de documentos relativos às declarações citadas no item 4.4 acima,



por meio físico ou qualquer outro meio.

4.6 Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e demais documentos anexos, pois a participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

4.7 Os licitantes devem acompanhar diariamente (chat ou e-mail) os atos e informações disponibilizadas pelo pregoeiro no sistema eletrônico, pelo qual é dada ciência a todos os interessados.

4.8 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e catálogos/fichas técnicas (quando couber) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão





pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9 Para cada item ofertado os licitantes deverão anexar em campo próprio do Sistema Comprasnet:

- a) Proposta contendo: CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, número de telefone, fixo e/ou celular, banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento, nome do responsável pela assinatura da ata, bem como a especificação, a quantidade dos itens, de acordo com a especificação solicitada no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), e preço conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.
- b) Outros referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira, conforme item 9 deste Edital.

## **6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1 Valor unitário e total do item/lote.
- 6.1.2 Marca, fabricante e modelo/versão (quando aplicável), de forma que possa ser verificado exatamente qual material está sendo ofertado.
- 6.1.3 Se não existir indicação de fábrica sobre o modelo, versão ou código de referência, o



campo deverá ser preenchido com o termo “não se aplica” ou similar.

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, marca, fabricante e modelo/versão, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso; **vedada a identificação explícita da licitante.**

6.1.5 Não serão aceitas propostas sem detalhamento da descrição do objeto ou contendo a redação “conforme descrito no Edital” ou expressão equivalente, em substituição total ou parcial à descrição detalhada do material, conforme Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, de modo a representar o valor total a ser pago, não devendo constar na proposta qualquer referência de desconto sobre o preço de outros concorrentes.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 As propostas, ainda, deverão observar o seguinte:

6.5.1 Ser apresentadas com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula (exemplo: R\$ 12,34), haja vista que o Sistema Monetário Nacional não contempla valores inferiores a um centavo.

6.5.2 As propostas que não atenderem ao disposto no subitem 6.5.1 acima, apresentando mais do que 02 (duas) casas decimais, terão as casas excedentes desconsideradas, sendo que o Pregoeiro, na fase de aceitação, registrará o novo preço no Sistema Comprasnet, no campo “valor negociado”, garantida a aceitação do valor que restar após tal procedimento.

6.6 O prazo de validade das propostas será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão, independentemente de não consignarem prazo de validade ou de consignarem prazos inferiores a este, salvo se o licitante oferecer prazo superior, ocasião em que este prevalecerá.





## **7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS e FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2 Anteriormente à disputa de lances, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



7.11 As propostas que estiverem acima do valor máximo admitido serão desclassificadas na fase de aceitação.

7.12 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.13 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos)

7.14 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.15 A Pregoeira poderá suspender a sessão de lances, caso seja imprescindível a realização de eventual diligência.

7.16 Realizada a diligência, a pregoeira notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento a sessão pública.

7.17 Se ocorrer a desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.18 Caso a desconexão da Pregoeira persista por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

## **8 DO MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**

8.1 No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá





duração de quinze minutos.

8.2 Encerrado o prazo previsto no **caput**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.3 Encerrado o prazo de que trata o item 8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 9.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.5 Encerrados os prazos estabelecidos nos 8.3 e 8.4, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.6 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos 8.3 e 8.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no 8.5.

8.7 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

## 9 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



9.2 A qualquer tempo, o Pregoeiro poderá negociar os preços ofertados, objetivando propostas mais vantajosas para a municipalidade.

9.3 Serão desclassificadas as propostas cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado e que não atendam às exigências deste Edital.

9.4 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, não atender às exigências deste edital, ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.5 Caso um licitante seja inabilitado em algum dos itens, ainda poderá o Pregoeiro avaliar a documentação enviada nos demais itens, para fins de habilitação, se em algum dos anexos for enviada a documentação correta, esta será considerada para todos os itens.

9.6 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado provisoriamente vencedor, sendo-lhe, após a análise dos documentos encaminhados constantes do item 10 deste Edital, adjudicado o objeto ou item licitado.

9.7 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão, constarão na ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação pertinente.

## **10 DA HABILITAÇÃO**

10.1 A habilitação do LICITANTE será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:

10.1.1 A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste edital.





10.1.1.1 Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

- I) Regularidade Fiscal;
- II) Regularidade Trabalhista;
- III) Qualificação Econômica – Financeira;
- IV) Habilitação Jurídica, exceto comprovação de legitimidade para assinatura de propostas e contratos.

10.1.1.2 O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

10.1.1.3 Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

10.1.1.4 Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

10.1.1.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.1.1.6 - Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

#### **10.2 Para comprovação da habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);



OBSERVAÇÕES:

- I - Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- II - Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;
- III - Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

f) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público do órgão licitante (Anexo III).

**10.3 Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- b) Prova de regularidade conjunta, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.





**10.4 Para comprovação da qualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- b) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;
- c) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

**10.5 Para comprovação da qualificação técnica**

- a) Certificado de Registro (inscrição) e regularidade da empresa no CRM e dos médicos que compõe o quadro clínico – Conforme Lei 6.839/1980, Resolução CFM 1.643/2002;
- b) Declaração de responsabilidade técnica da execução dos serviços e dos profissionais que compõe o quadro clínico – Resolução CFM 1.980/2011;
- c) Declaração de comprovação de vínculo entre a proponente e os profissionais que compõem o quadro clínico;
- d) Apresentar Título de Especialista em Cardiologia fornecido pela Associação Brasileira de cardiologia ou ainda Registro de especialidade junto ao órgão competente (CRM) dos médicos que compõem o quadro clínico que realizarão a análise dos exames, sendo composta por no mínimo 01 (um) Eletrofisiologista;
- e) Certificado do Registro dos equipamentos na ANVISA – ANVISA RDC 185/2001;
- f) Cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) Portaria 1.646/2015;
- g) Declaração do método de envio e recebimento dos exames/laudos, uma vez que é preciso garantia a segurança da informação;
- h) Comprovação de pleno atendimento ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – Obrigatoriedade pela Norma Regulamentar n° 9 e Norma Regulamentar n° 7.
- i) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ e o nome do responsável pelo mesmo.



#### **10.6 Documentação Complementar**

Serão consultados os respectivos sítios:

- I) Detalhamento das sanções cadastradas no CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria Geral da União <https://certidoes.cgu.gov.br/>
- II) Sistema de Cadastro de Impedidos de Licitar (Licitações Municipais) / Tribunal de Contas do Estado do Paraná. <https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>

#### **10.7 Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.**

**10.8 Os documentos necessários à habilitação dos proponentes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.**

10.9 No caso de documentos autenticados pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio a partir do original, observando-se que:

- a) somente serão aceitas cópias legíveis;
- b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- c) deverão ser apresentadas as cópias para autenticação, com os respectivos originais, da data marcada para a abertura do certame;

10.10 Os documentos que não tiverem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

10.11 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos;

10.12 Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a Proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da LC 123/06 e 147/14;

10.13 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.





## **11 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1 O licitante declarado vencedor deverá encaminhar a proposta descrita no item 5.9 "a" deste Edital, com o valor adequado ao último lance ofertado ou negociado, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro através do sistema eletrônico.

11.2 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado a critério do pregoeiro, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.

- a. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- b. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- c. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- d. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- e. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12 DA FASE SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS**

12.1 No julgamento das propostas e da Habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros/falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.2 Serão passíveis de saneamento as falhas na documentação apresentada pelo licitante que em seu conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data de abertura da sessão pública deste Pregão.



12.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

### **13 DOS RECURSOS**

13.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2 A falta de manifestação imediata e motivada, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

13.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

13.5 O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

13.6 Decorridos os prazos para recursos e contrarrazões, a Pregoeira terá até 5 (cinco) dias para:

13.6.1 – Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.

13.6.2 – Motivadamente, reconsiderar a decisão.

13.6.3 – Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente.





13.7 – O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

13.9 – Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao proponente vencedor e encaminhará o procedimento à Procuradoria Jurídica para parecer.

13.10 - Caso há pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do comprasnet.

#### **14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") e e-mail, de acordo com a



fase do procedimento licitatório.

14.4 A convocação, feita por e-mail, dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

15.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **16 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

16.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **17 DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

17.1 A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

17.2 No caso de contrato o mesmo poderá ser prorrogado mediante concordância entre as partes.

17.3 A aquisição dos itens se dará: por requisição de compra, ou por nota de empenho ou outro documento que substitua.

17.4 As obrigações decorrentes deste certame, consubstanciar-se-ão em uma Ata de Registro de Preço, cuja minuta se encontra no Anexo IV deste Edital.

17.5 A Ata de Registro de Preços será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, sendo obrigação da Licitante a impressão e assinatura do instrumento em 02 (duas) vias, rubricando todas as páginas e inclusive





com duas testemunhas, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até **05 (cinco) dias após o seu recebimento / publicação no Diário Oficial do Município**, caso não encaminhe o mesmo a divisão de contrato emitira notificação, para penalidades cabíveis.

17.6 A via do instrumento destinada ao Contratado, assinada pela Contratante, poderá ser retirada no Departamento de Licitações após 05 (cinco) dias úteis da entrega das vias originais no Departamento, ou a mesma será enviada via correio para o endereço da Contratada após esse período.

17.7 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinado pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

17.8 A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis, conforme item 23 deste Edital.

17.9 Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

17.10 As sanções somente serão aplicadas com a garantia do contraditório e da ampla defesa, que se manterão enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

## **18 DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

18.1 As regras acerca do prazo, local e condições da prestação dos serviços são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **19 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**



19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **20 DO PAGAMENTO**

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

## **21 DA ALTERAÇÃO DO VALOR**

21.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

21.2 Independente de solicitação, a Administração poderá convocar o licitante fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:

21.2.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços, e sua adequação ao praticado pelo mercado;

21.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

21.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

21.3 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

21.3.1 A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

21.3.2 Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará





o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada.

21.4 Mesmo comprovada a hipótese prevista no item anterior, a Administração, quando conveniente, poderá optar por cancelar o registro de preços e iniciar outro processo licitatório.

21.5 As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

21.6 O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela Administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma dos itens anteriores, que está impossibilitado de cumprir as exigências do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão, ou ainda as requisições efetuadas após o pedido.

## **22 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1 Com fulcro no art. 7º da Lei no 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis; e com base no art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993, estará sujeita à multa, de acordo com a gravidade do inadimplemento cometido, a empresa que:

22.2 Não mantiver sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação:

- a) Recusar-se ou deixar de enviar a proposta via Sistema Comprasnet ou remessa postal;
- b) Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela Prefeitura Municipal de Prudentópolis, durante a análise da proposta;
- c) Deixar de manter as condições de habilitação e endereço atualizado no SICAF;
- d) Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação.

22.2.1.1 Para os casos correlatos a este item, a empresa inadimplente ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 06 (seis) meses.

22.3 Deixar de celebrar a ata de registro de preços:

- a) Recusar-se ou deixar de enviar documento(s) necessário(s) à comprovação de capacidade para assinatura da ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por até 01 (um) ano e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.

- b) Recusar-se ou deixar de assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de validade da sua



proposta: impedimento de licitar e contratar com Prefeitura Municipal de Prudentópolis por até 01 (um) ano e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.

c) Recusar-se ou deixar de receber a nota de empenho referente à ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 01 (um) ano e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.

22.4 Fraudar ou falhar na execução da ata de registro de preços, e ensejar retardamento de sua execução:

a) Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens registrados: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 03 (três) anos e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.

b) Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias: cancelamento da ata de registro de preços; impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por prazo de até 18 (dezoito) meses, além de multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.

c) Entregar produtos com características diversas daquelas constantes em sua proposta ou na ata de registro de preços, se recusando ou deixando de substituí-lo no prazo fixado Prefeitura Municipal de Prudentópolis: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 03 (três) anos, além de multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.

d) Deixar de prestar garantia ou assistência técnica a qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital de licitação: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por prazo até 03 (três) anos, além de multa de até 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor do empenho.

22.4.1 Nos casos em que a empresa inadimplente entregar os produtos durante o processo para sua penalização, fica facultado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis receber o produto e reduzir a multa de acordo com os critérios previstos no item 22.7, deixando de aplicar a penalidade de impedimento de licitar, de acordo com o prejuízo sofrido pela Administração.

22.5 Apresentar documento ou declaração falsa:

a) Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório: impedimento de





licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por até 04 (quatro) anos.

b) Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: impedimento de licitar por até 05 (cinco) anos.

22.5.1.1 As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de até 20% (vinte por cento) em relação à:

a) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;

b) Valor remanescente da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.

22.5.2 Cometer fraude fiscal:

a) Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

b) Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem;

c) Falsificar ou alterar quaisquer notas fiscais.

22.5.2.1 Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

22.5.2.2 As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de até 20% (vinte por cento) em relação à:

a) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;

b) Valor remanescente da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.

22.5.3 Comportar-se de modo inidôneo:

a) Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo;

b) Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalizada anteriormente.

22.5.3.1 Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além do pagamento de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta ou da ata de registro de preços.



22.6 Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:

- a) Advertência, nos casos de menor gravidade;
- b) Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total da ata de registro de preços, incidindo sanções específicas, conforme item 22.4 "b" acima.

22.7 As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.

22.8 Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.9 A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

22.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

22.11 A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:

- a) O dano causado à Administração;
- b) O caráter educativo da pena;
- c) A reincidência como Maus antecedentes;
- d) A proporcionalidade.

22.12 Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal





12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

22.13 Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 419 do Código Civil Brasileiro.

22.14 Quando o cancelamento da ARP e/ou rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a ata de registro de preços, cobrando apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

22.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar não serão passíveis de reabilitação anteriormente ao final do prazo fixado, tendo os licitantes que cumprir sua integralidade, ressalvado o direito de apreciação judicial do ato.

### **23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao responsável pela elaboração do Edital, contendo no mínimo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, razão social da empresa, número do CNPJ, acompanhado dos documentos legais da empresa, e ainda, telefone, endereço eletrônico para contato, devendo ser protocolado via protocolo eletrônico através do link [https://prudentopolis.pr.gov.br/pagina/174\\_Servicos-de-Protocolo.html](https://prudentopolis.pr.gov.br/pagina/174_Servicos-de-Protocolo.html), ou encaminhada via e-mail: [licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br](mailto:licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br), sendo que em ambos os casos será de responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento através do telefone (42) 3446-8118, diretamente com o responsável.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus



anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, conforme especificado no item 23.2.

23.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## **24 COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO**

24.1 Adotam-se nesta licitação e nos consequentes contratos e eventuais subcontratos, a presente Cláusula Especial de Combate a Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

**a) prática corrupta:** Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

**b) prática fraudulenta:** Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o





processo de licitação ou de execução do contrato;

**c) prática colusiva:** Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexeqüíveis;

**d) prática coercitiva:** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

**e) prática obstrutiva:** (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores das concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; (ii). Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores das concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

24.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## 25 DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção



de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

25.2 Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

25.3 Os Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.4 Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

25.5 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

25.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

25.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.

25.8 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.

25.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.10 A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para





justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.11 O Edital e demais anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), [www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br) e/ou e-mail [licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br](mailto:licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br)

25.12 Para dirimir as questões relativas ao presente Edital elege-se como foro competente o da **Comarca de Prudentópolis**, com exclusão de qualquer outro.

25.13 Os anexos fazem parte integrante do Edital.

## **26 ANEXOS DO EDITAL**

- I- Termo de Referência
- II- Modelo de Proposta
- III- Modelo de Declaração
- IV- Minuta da Ata de Registro de Preço

Prudentópolis, 18 de outubro de 2021.

**Caroline L. da F. Silva Portela**  
**Pregoeira**



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SECRETARIA SOLICITANTE**

Secretaria Municipal de Saúde.

**2. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por finalidade o **Registro de Preço** para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de telemedicina cardiológica, para gerenciamento de cardiodiagnóstico, com fornecimento de equipamentos necessários, com vista ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações contidas nesta peça processual. As informações inseridas neste Instrumento encontram respaldo no teor do processo nº **7986/2021**, ao qual está vinculado.

**3. DA JUSTIFICATIVA**

O eletrocardiograma é um dos exames imprescindíveis para o diagnóstico de doenças cardíacas. Ainda, que a realização de eletrocardiograma (ECG), com a emissão de laudos, de forma rápida e prática através da telemedicina, visa também à redução de custos e menor tempo para o resultado, possibilitando diagnósticos precisos, auxiliando no tratamento e condutas, dando suporte ao atendimento médico.

Também, que o serviço será realizado no próprio município, evitando deslocamento dos pacientes para outros municípios, gerando economia aos cofres públicos e doutra banda bem-estar aos pacientes que recebem os resultados em curto lapso temporal.

**4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES E QUANTIDADES**

| ITEM | QTD MÊS. | QTD EXAME/MÊS          | QTD TOTAL DE EXAMES | DESCRIPTIVO   | VALOR UNITÁRIO | VALOR MÁXIMO |
|------|----------|------------------------|---------------------|---|----------------|--------------|
| 01   | 12       | Até 250 exames por mês | 3.000               | Prestação de serviço de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma), com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de internet | R\$ 22,02      | R\$66.060,00 |





|  |  |  |  |   |  |  |
|--|--|--|--|---|--|--|
|  |  |  |  | (com sistema próprio da contratada), com equipe médica de cardiologistas a disposição 24 horas por dia durante 07 dias da semana, com cessão por comodato de 3 aparelhos de eletrocardiograma digital, devidamente registrado na ANVISA, com capacidade para 12 derivações com DII longo. |  |  |
|--|--|--|--|---|--|--|

## 5. VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A LICITAÇÃO

O valor total máximo admitido para a licitação será de **R\$ 66.060,00 (Sessenta e Seis Mil e Sessenta Reais)**.

## 6. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

**6.1. Como o serviço deve ser executado:** A empresa fica obrigada a enviar os laudos dentro do prazo estipulado, quando solicitado através do envio dos exames, nas condições estabelecidas no presente Edital e anexos, NO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 (DOZE) HORAS PARA OS EXAMES DE ROTINA E 40 (QUARENTA) MINUTOS PARA EXAMES DE URGÊNCIA, contados do envio dos exames e comunicado.

**6.2.** Os laudos devem ser enviados por e-mail ou fax para a equipe do Pronto Atendimento;

**6.3. Dos aparelhos de eletrocardiograma:**

**6.3.1.** A empresa deverá fornecer como cessão por comodato 03 (três) aparelhos de eletrocardiograma digital USB para microcomputador, com capacidade para realizar 12 derivações simultâneas com DII longo devidamente registrado pela ANVISA.

**6.3.2.** Os equipamentos de eletrocardiograma deverão ser instalados no Pronto Atendimento Municipal, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS, após solicitação da secretaria, situado na Rua Rui Barbosa, 1780, Centro Prudentópolis- PR, CEP 84.400-000, sem custos adicionais;

**6.3.3.** A empresa vencedora deverá fornecer treinamentos e capacitação a todos os funcionários que serão responsáveis pela operação dos equipamentos de eletrocardiograma;

**6.3.4.** A entrega do bem deverá ser efetuada em conformidade com as condições, especificações e quantificações constantes deste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, atendendo eficazmente às finalidades que dele naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e



legislações pertinentes.

6.4. A empresa deverá estar a disposição no Plantão de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas de trabalho, todos os dias, para a feitura de ECG de urgência e informações médicas adicionais ao plantonista quando necessário;

6.5. A empresa deverá dar todo apoio a equipe técnica e manutenção nos eletrocardiógrafos, através de suporte técnico à distância via telefone ou acesso remoto;

6.6. Caso o problema não seja sanado, a empresa vencedora deverá substituir os equipamentos no prazo não superior a 12 (doze) horas.

6.7. A troca das perinhas será realizada, sem custos adicionais, a cada 08 (oito) meses, e o cabo de paciente a cada 01 (um) ano, mediante solicitação as Secretaria;

6.8. A empresa vencedora deverá disponibilizar aplicativo para smartphone que possibilite o envio dos exames de eletrocardiograma para a central e o recebimento do laudo.

6.9. A unidade usuária expedirá a Nota de Empenho, na qual constarão:

- ❖ Local, data e horário da entrega do produto;
- ❖ A Indicação do respectivo processo licitatório;

6.10. O envio da Nota de Empenho à CONTRATADA poderá ser efetivado via fax ou qualquer outro meio de comunicação.

6.11. Os serviços deverão ser prestados no Centro Municipal de Saúde, Rua Rui Barbosa, nº 1780, Centro, no Município de Prudentópolis – PR. Sem custos adicionais;

## **7. PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura/homologação do contrato, podendo ser prorrogado mediante concordância dos partícipes.

## **8. GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL**

Mediante comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, comprovação de qualificação econômico-financeira e demais comprovações eventualmente solicitadas via Edital/Anexos.

## **9. CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXPEDIÇÃO DA NOTA DE EMPENHO**

9.1. A entrega do bem deverá ser efetuada em conformidade com as condições, especificações e quantificações constantes deste Termo de Referência, no Edital e seus anexos, atendendo eficazmente às finalidades que dele naturalmente se esperam, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor e





legislações pertinentes.

9.2. A unidade usuária expedirá a Nota de Empenho, na qual constarão:

9.2.1. Local, data e horário de entrega do produto;

9.2.2. A indicação do respectivo processo licitatório;

9.3. O envio da Nota de Empenho à CONTRATADA poderá ser efetivado via fax ou qualquer outro meio de comunicação.

## 10. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

10.1. A **fiscalização** do contrato ficará a cargo da servidora **Solange Beledeli Kuchla**, a qual terá entre outras, as seguintes atribuições:

10.1.1. Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado em contrato;

10.1.2. Anotar em documento próprio as ocorrências;

10.1.3. Determinar a correção de falhas ou defeitos;

10.1.4. Aplicar ao contratado as sanções administrativas de sua competência;

10.1.5. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

10.1.6. Atestar o recebimento definitivo dos objetos licitados;

10.1.7. A **gestão** do(s) contrato(s) ficará a cargo da Secretário Municipal de Saúde **Marcelo Hohl Mazurechen**;

10.1.8. Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço/ Contrato cientes da publicação da mesma após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos;

10.1.9. Ciente das funções relativas à fiscalização do contrato resultante do presente Processo, o fiscal assina no processo inicial.

## 11. PAGAMENTO

11.1. O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

11.2. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e



trabalhista:

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto do contrato;

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

**11.3.** A CONTRATADA suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em contrato;

**11.4.** Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal do contrato;

I) A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal de contrato;

**11.5.** O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, no caso de:

a) execução em desacordo com o avençado;

b) existência de débito de qualquer natureza com a CONTRATANTE;

c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação;

**11.6.** A proponente vencedora deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão Presencial/Eletrônico 000/0000 e contrato nº 000/0000);

**11.7.** Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será Liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS**

**CNPJ nº 77003424/0001-34**

**Rua Conselheiro Rui Barbosa, nº 801 – Centro**

**PRUDENTÓPOLIS – PR**

**CEP: 84.400-000**

**11.8.** Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I – Os tributos a serem retidos pela CONTRATANTE:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº





1385/2003 e suas alterações;

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como o RIR/18 (Decreto nº 9580/2018 da RFB);

II - A CONTRATANTE deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e do Contrato;

11.9. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da CONTRATADA informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Efetuar o pagamento na forma e prazos previstos neste instrumento;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os veículos que estiverem em desconformidade com as especificações do edital.

12.3. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada para que esta possa fornecer os produtos dentro do prazo e normas estabelecidos no instrumento de Contrato;

12.4. Proporcionar todas as condições necessárias ao fornecimento dos veículos.

12.5. Aplicar as sanções administrativas estabelecidas no edital e na legislação específica.

12.6. Exigir da Contratada o fiel cumprimento do Edital e Contrato;

## **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Promover a organização técnica e administrativa do objeto da presente licitação, de modo obter eficiência na sua execução, de acordo com as condições técnicas, de habilitação e proposta da licitante;

13.2. Conduzir a execução deste instrumento em estrita observância à legislação Federal, Estadual, Municipal, encargos trabalhistas, tributários e securitários incidentes sobre a execução do objeto da presente licitação;

13.3. Aceitar nas mesmas condições de sua PROPOSTA, os acréscimos ou supressões dos produtos que porventura se fizerem necessários, a critério exclusivo da CONTRATANTE;

13.4. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICÍPIO, ou por seus prepostos, incluindo dados técnicos e operacionais sobre o objeto;



Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem autorização da Contratante por escrito;

#### **14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**14.1.** Certificado de Registro (inscrição) e regularidade da empresa no CRM e dos médicos que compõe o quadro clínico – Conforme Lei 6.839/1980, Resolução CFM 1.643/2002;

**14.2.** Apresentar declaração de responsabilidade técnica da execução dos serviços e dos profissionais que compõe o quadro clínico – Resolução CFM 1.980/2011;

**14.3.** Declaração de comprovação de vínculo entre a proponente e os profissionais que compõem o quadro clínico;

**14.4.** Apresentar Título de Especialista em Cardiologia fornecido pela Associação Brasileira de cardiologia ou ainda Registro de especialidade junto ao órgão competente (CRM) dos médicos que compõem o quadro clínico que realizarão a análise dos exames, sendo composta por no mínimo 01 (um) Eletrofisiologista;

**14.5.** Apresentar Certificado do Registro dos equipamentos na ANVISA – ANVISA RDC 185/2001;

**14.6** Apresentar cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) Portaria 1.646/2015;

**14.7.** Apresentar Declaração do método de envio e recebimento dos exames/laudos, uma vez que é preciso garantia a segurança da informação;

**14.8** Apresentar comprovação de pleno atendimento ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO – Obrigatoriedade pela Norma Regulamentar nº 9 e Norma Regulamentar nº 7.

#### **15. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Pregão Eletrônico.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**PRUDENTÓPOLIS**

[www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br)

**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO**

**16. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO**

| ITEM | QTD.<br>MÊS | QTD.<br>EXAMES/<br>MÊS | DESCRIPTIVO   | EMPRESA 01 | EMPRESA<br>02 | EMPRESA<br>03 | MÉDIA VALOR<br>UNITÁRIO |
|------|-------------|------------------------|---|------------|---------------|---------------|-------------------------|
| 01   | 12          | 250                    | Prestação de serviço de telemedicina cardiológica (eletrocardiograma), com transmissão, emissão e recepção de exames e laudos através de internet (com sistema próprio da contratada), com equipe médica de cardiologistas a disposição 24 horas por dia durante 07 dias da semana, com cessão por comodato de 3 aparelhos de eletrocardiograma digital, devidamente registrado na ANVISA, com capacidade para 12 derivações com DII longo. | R\$ 22,00  | R\$ 23,80     | R\$ 20,26     | R\$ 22,02               |



## 17. SANÇÕES

As sanções serão aplicadas conforme as penalidades descritas no contrato e no Edital de licitação.

## 18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Conforme indicação do Departamento de Contabilidade.

## 19. CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual;

19.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

19.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

19.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

19.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

19.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

19.2.5. “prática obstrutiva”:

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

19.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo





organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

**19.4.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

## **20. CRITÉRIOS DE REEQUILÍBRIO E REAJUSTE**

**20.1.** Haverá reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devidamente motivado e comprovado, quando ocorrer situações que modifiquem as circunstâncias financeiras anteriormente acordadas, conforme artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93;

**20.2.** OS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO REQUERIDOS PELA CONTRATADA NÃO SÃO IMPEDITIVOS PARA O RIGOROSO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTIPULADOS EM CONTRATO E QUE, PORTANTO, A CONTRATADA NÃO DEVE ATRASAR OU SUSPENDER AS ENTREGAS;

**20.3.** Os pedidos de reequilíbrio econômico financeiro serão analisados tomando por base as planilhas de composição de custos, da época da licitação e as do momento do pedido, juntamente com as notas fiscais de compra da época da licitação e posteriores até a data do pedido, juntamente com as Notas fiscais de compras anteriores e posteriores ao reajuste de preço;

**20.4.** Juntada de Orçamentos de no mínimo 3 (três) empresas concorrentes para aferir se o preço que está sendo pleiteado é compatível com o praticado no mercado; e Mapa comparativo de preços com base nos orçamentos apresentados;

**20.5.** Será concedido reajuste contratual nos casos que a execução do contrato ultrapasse 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, sendo baseado nos valores percentuais indicados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Será reajustado o saldo existente do Contrato na data do Reajuste, e somente será concedido mediante pedido formal.

## **21. MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇO**

Aplica-se por se tratar de bem de natureza divisível, de aquisição parcelada e incerteza de quantidade consumida.



## 22. LOGÍSTICA REVERSA

Não se aplica à presente contratação.

## 23. GENERALIDADES

23.1. A contratação poderá ser rescindida pela Contratante, de acordo com as hipóteses previstas na Seção V, artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste Termo de Referência, bem como das medidas legais cabíveis;

2. Situações não previstas neste Termo de Referência serão tratadas observando-se a Lei 8.666/93 e suas alterações.

## 24. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

A Secretária da pasta, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, Lei nº 10.520/02, de 17/07/02, declara que leu, conhece e aprova integralmente o presente Termo de Referência.





## ANEXO II

## MODELO DE PROPOSTA

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2021

|                                |   |                |              |                                     |                                  |
|--------------------------------|---|----------------|--------------|-------------------------------------|----------------------------------|
| <b>Dados da Empresa:</b>       | (CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura da ata, número de telefone, fixo e/ou celular) |                |              |                                     |                                  |
| <b>Dados para Pagamento:</b>   | (Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)  |                |              |                                     |                                  |
| <b>Lote/Item</b>               | <b>Descrição<br/>Marca<br/>Fabricante<br/>Modelo</b>  | <b>Unidade</b> | <b>Quant</b> | <b>Valor<br/>Unitário<br/>(R\$)</b> | <b>Valor<br/>Total<br/>(R\$)</b> |
|                                |   |                |              |                                     |                                  |
| <b>Valor Total da Proposta</b> |   |                |              |                                     | <b>R\$</b>                       |

Validade da proposta:

Valor máximo por extenso:

Prazo de Entrega:

Local e data.

(assinatura do responsável)

(Para elaborar a proposta comercial, consultar o item 5 do Edital; esta proposta deverá ser anexada no Sistema Comprasnet até a data de abertura da licitação).



**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDORES MUNICIPAIS NO QUADRO SOCIETÁRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2021**

(Razão social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins que seus sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção) não pertencem ao quadro de funcionários deste Município.

Local e data.

(assinatura do responsável)





#### ANEXO IV

#### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-----/2021

Ata de Registro de Preços firmada entre o  
Município de Prudentópolis e ----- conforme  
licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº  
xxx/2021 - SRP

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Osnei Stadler, brasileiro, casado, portador de RG nº 5.578.561-9/PR e inscrito no CPF sob nº 678.754.409-04, residente e domiciliado na Rua Capitão Francisco Durski Silva, nesta cidade, nº 1049, nesta cidade; e de outro lado \_\_\_\_\_, denominado FORNECEDOR acordam e ajustam firmar a presente ARP, nos termos dos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019, do Decreto Municipal nº 440/2008, da Lei Municipal nº 2.241/2017, do Decreto Municipal nº 314/2017, da Lei Complementar Municipal nº 005/2019, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações, da Lei nº 12.846/2013, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, as exigências estabelecidas neste Edital e demais normas que dispõem sobre a matéria, assim como pelas condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº XXX/2021, pelos termos da proposta da contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

§1º Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de telemedicina cardiológica, para gerenciamento de cardiodiagnóstico, com fornecimento de equipamentos necessários, com vista ao atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, conforme abaixo:



§2º As especificações técnicas do objeto, as condições da prestação dos serviços, recebimento, pagamento, garantia dos serviços e as obrigações contratuais são as constantes no Anexo I do Edital - Termo de Referência, o qual é parte integrante desta ata independentemente de transcrição.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

O Município de Prudentópolis pagará ao Fornecedor o valor de R\$ ..... .

**Parágrafo único:** O valor contratado será fixo, podendo haver reequilíbrio econômico devidamente motivado e comprovado, seguindo os critérios estabelecidos no edital e demais anexos.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA**

As contratações serão formalizadas por requisição de compra, ou por nota de empenho ou outro documento que substitua.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA**

Esta ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇO**

§1º Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º Independente de solicitação, a Administração poderá convocar o licitante fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:





- a) Convocar o fornecedor visando a negociação para redução dos preços, e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

- a) A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;
- b) Reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada.

§4º Mesmo comprovada a hipótese prevista no item anterior, a Administração, quando conveniente, poderá optar por cancelar o registro de preços e iniciar outro processo licitatório.

§5º As alterações decorrentes serão publicadas na Imprensa Oficial.

§6º O preço registrado poderá ainda ser cancelado pela Administração mediante solicitação formal de fornecedor que comprovar, na forma dos itens anteriores, que está impossibilitado de cumprir as exigências do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, ressalvadas as aquisições efetivas até a data da decisão, ou ainda as requisições efetuadas após o pedido.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

§1º A fiscalização da ARP ficará a cargo da servidora Solange Beledeli Kuchla.

§2º Os fiscais terão as seguintes atribuições:



- a) Zelar para que o objeto da contratação seja fielmente executado conforme o ajustado em contrato;
- b) Anotar em documento próprio as ocorrências;
- c) Determinar a correção de falhas ou defeitos;
- d) Aplicar ao contratado as sanções administrativas de sua competência;
- e) Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.
- f) Atestar o recebimento definitivo dos objetos licitados.

§2º A gestão do(s) contrato(s) ficará a cargo do Secretário Municipal de Saúde.

§3º Ficam os Fiscais e os Gestores da Ata de Registro de Preço/ Contrato cientes da publicação da mesma após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos;

§4º Ciente das funções relativas à fiscalização do contrato resultante do presente Processo, o fiscal assina no processo inicial.

§5º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, pelos danos causados Município de Prudentópolis ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

§1º Com fulcro no art. 7º da Lei no 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis; e com base no art. 87, inciso II da Lei 8.666/1993, estará sujeita à multa, de acordo com a gravidade do inadimplemento cometido, a empresa que:

§2º Não mantiver sua proposta ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos pelo edital de licitação:

- e) Recusar-se ou deixar de enviar a proposta via Sistema Comprasnet ou remessa postal;





- f) Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela Prefeitura Municipal de Prudentópolis, durante a análise da proposta;
- g) Deixar de manter as condições de habilitação e endereço atualizado no SICAF;
- h) Desistir expressamente de sua proposta, após a abertura da licitação.
- I- Para os casos correlatos a este item, a empresa inadimplente ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 06 (seis) meses.

§3º Deixar de celebrar a ata de registro de preços:

- d) Recusar-se ou deixar de enviar documento(s) necessário(s) à comprovação de capacidade para assinatura da ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por até 01 (um) ano e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.
- e) Recusar-se ou deixar de assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de validade da sua proposta: impedimento de licitar e contratar com Prefeitura Municipal de Prudentópolis por até 01 (um) ano e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor total de sua proposta.
- f) Recusar-se ou deixar de receber a nota de empenho referente à ata de registro de preços: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 01 (um) ano e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.

§4º Fraudar ou falhar na execução da ata de registro de preços, e ensejar retardamento de sua execução:

- e) Recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens registrados: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 03 (três) anos e multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.
- f) Atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias: cancelamento da ata de registro de preços; impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por prazo de até 18 (dezoito) meses, além de multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do empenho.
- g) Entregar produtos com características diversas daquelas constantes em sua proposta ou na ata de registro de preços, se recusando ou deixando de substituí-lo no prazo fixado Prefeitura Municipal de Prudentópolis: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis pelo prazo de até 03 (três) anos, além de multa de até 20% (vinte por cento) em relação ao valor do



empenho.

h) Deixar de prestar garantia ou assistência técnica a qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital de licitação: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por prazo até 03 (três) anos, além de multa de até 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor do empenho.

I- Nos casos em que a empresa inadimplente entregar os produtos durante o processo para sua penalização, fica facultado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis receber o produto e reduzir a multa de acordo com os critérios previstos no §9º, deixando de aplicar a penalidade de impedimento de licitar, de acordo com o prejuízo sofrido pela Administração.

§5º Apresentar documento ou declaração falsa:

c) Omitir informações em quaisquer documentos exigidos no certame licitatório: impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis por até 04 (quatro) anos.

d) Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade: impedimento de licitar por até 05 (cinco) anos.

I- As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de até 20% (vinte por cento) em relação à:

c) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;

d) Valor remanescente da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação da licitação.

§6º Cometer fraude fiscal:

d) Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

e) Omitir informações em suas notas fiscais ou de outrem;

f) Falsificar ou alterar quaisquer notas fiscais.

I- Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

II- As empresas enquadradas neste item ficarão, ainda, sujeitas à multa de até 20% (vinte por cento) em relação à:

c) Valor total de sua proposta, quando a ocorrência se der anteriormente à homologação do certame;

d) Valor remanescente da ata de registro de preços, quando a ocorrência se der após a homologação





da licitação.

§7º Comportar-se de modo inidôneo:

- c) Atos comprovadamente realizados com má-fé ou dolo;
- d) Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente, a qual será constatada com a verificação dos quadros societários, objetos sociais e/ou seus endereços, da empresa participante e da penalizada anteriormente.

I- Para os casos correlatos a este item, a empresa ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além do pagamento de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total de sua proposta ou da ata de registro de preços.

§8º Além do acima exposto, a adjudicatária se sujeita às sanções de advertência e multa, constantes nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/1993, aplicadas suplementarmente, pela inobservância das condições estabelecidas para o fornecimento ora contratado, da seguinte forma:

- c) Advertência, nos casos de menor gravidade;
- d) Multa de mora de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento), calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega do objeto do Edital, sendo que a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total da ata de registro de preços, incidindo sanções específicas, conforme §4º "f" acima.

§9º As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização.

§10º Será assegurado à empresa, previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta seção, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§11º A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras.

§12º As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de impedimento de licitar e



contratar, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

§13º A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:

- e) O dano causado à Administração;
- f) O caráter educativo da pena;
- g) A reincidência como maus antecedentes;
- h) A proporcionalidade.

§14º Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

§15º Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 419 do Código Civil Brasileiro.

§16º Quando o cancelamento da ARP e/ou rescisão contratual não for conveniente e oportuna à Administração, esta poderá manter em vigor a ata de registro de preços, cobrando apenas os valores referentes às multas, fundamentando expressamente as razões que motivam a manutenção da relação contratual.

§17º As sanções de impedimento de licitar e contratar não serão passíveis de reabilitação anteriormente ao final do prazo fixado, tendo os licitantes que cumprir sua integralidade, ressalvado o direito de apreciação judicial do ato.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das





seguintes dotações orçamentárias:

08.002.10.301.2070.2052.33.90.39.00.00 fontes: 303, 494, 495 e 4950

#### **CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

A inexecução total ou parcial do registro de preço ensejará seu cancelamento, de acordo com o disposto nos arts. 78 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**§1º** São motivos para o cancelamento da ARP:

- I- O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- II- O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- III- A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos produtos, nos prazos estipulados.
- IV- O atraso injustificado da entrega dos produtos.
- V- O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação à Contratante.
- VI- A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata.
- VII - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.
- VIII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93.
- IX- Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata sem justa causa;
- X- A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- XI- A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do registro de preço.
- XII- Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata.

**§2º:** O cancelamento da ARP poderá ser:



I - Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, e XVII do art. 78, da Lei nº 8666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação.

IV – O Cancelamento administrativo ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

É vedada a utilização desta ata por órgãos ou entidades não participantes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

Reserva-se ao Município o direito de recusar os produtos entregados em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Contratada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

Reserva-se a Contratante o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONTRA FRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

§1º Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;





- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2º Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3º Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

§1º Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

§2º Reserva-se o Município de Prudentópolis o direito de recusar os produtos entregados em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Contratada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;



§3º Reserva-se o Município de Prudentópolis o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que se trata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis- PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presente Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento, ressalvados os interesses do contratante Município de Prudentópolis-Paraná.

Prudentópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
Município de Prudentópolis

**Osnei Stadler**

\_\_\_\_\_  
Fornecedor

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

Nome:

2) \_\_\_\_\_

Nome:







**PARECER CONTABIL**

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de Contratação de empresa para emissão de laudo de eletrocardiograma digital para exames de pacientes, são os seguintes:

Especificação de Dotações:

05 Fundo Municipal de Saúde

001 – Departamento de Saúde

10.301.0005.2020 – Manutenção a atenção Primária

Conta de despesa - 1490– fonte de recurso 303

Conta de despesa 1500 fonte de recurso 494

10.302.0005.2021 – Manutenção da atenção especializada

Conta de despesa - 1600– fonte de recurso 303

Conta de despesa 161 fonte de recurso 494

33.90.39.00.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 11 de agosto de 2022.

Daniele P. Brighenti  
Contadora CRC PR-047272/O-2



